

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO**

CENTRO DE APOIO CAPACITAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO IMIGRANTE

MARCOS FREITAS DE ALMEIDA

Várzea Grande (MT), maio de 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**PROJETO ARQUITETÔNICO DE UM CENTRO DE APOIO CAPACITAÇÃO E
INTEGRAÇÃO AO IMIGRANTE**

MARCOS FREITAS DE ALMEIDA

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande (MT), como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Esp. Frederico Cezar Giuberti Suscena Rasga.

Várzea Grande (MT), maio de 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: PROJETO ARQUITETÔNICO DE UM CENTRO DE APOIO CAPACITAÇÃO E
INTEGRAÇÃO AO IMIGRANTE**

Aluno: MARCOS FREITAS DE ALMEIDA

Orientadora: Prof. Esp. Frederico Cezar Giuberti Sucena Rasga

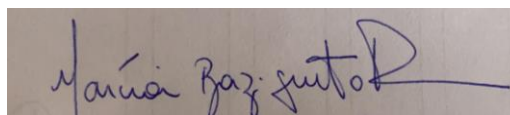
Aprovado em ___ de _____ de 2020.

Carmelina S. de Moraes

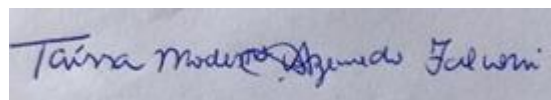
Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Banca Examinadora:



Prof. Esp. Frederico Cezar Giuberti Sucena Rasga
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Orientador



Arq. Esp. Márcia Baziqueto Peres
Examinador Externo



Profa. Me. Taíssa Modesto Azevedo Falconi
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, segundo a minha mãe que sempre batalhou para que eu fosse atrás dos meus objetivos. Dedico também aos meus amigos que sempre estiveram me apoiando nessa jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, a minha mãe que sempre me apoiou, aos amigos que conquistei durante essa jornada acadêmica que me ajudaram, apoiaram e fizeram parte desse sonho e que sempre se mantiveram por perto apesar de todas as dificuldades, aos amigos e familiares que também me motivaram e incentivaram a prosseguir nesse caminho. E um agradecimento em especial a família Lara Cruz que me deram suporte durante todo o ciclo acadêmico.

RESUMO

ALMEIDA, M. F. de. **Centro de Apoio, Capacitação e Integração ao Imigrante**. 2020. TDAUP (Trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Cuiabá, 2020.

O enfoque do presente estudo são os refugiados originários de várias partes do mundo que com o passar dos dias e suas vulnerabilidades vem ganhando espaço nas mídias a cada dia que passa. Buscando especialmente proteção esses refugiados procuram o Brasil para o reestabelecimento de suas vidas. O fato do Brasil ser um país de oportunidades de vida e trabalho e destino migratório de muitos não é exatamente uma novidade da atualidade, e tampouco é inédita a sua incapacidade de lidar com a chegada de imigrantes garantindo-lhes uma condição de dignidade. Cuiabá, de uma maneira mais específica, vem recebendo uma grande demanda de imigrantes, pois, tem algumas indústrias e o setor alimentício que é vista como geradora de empregos. Mesmo assim, não conta com uma estrutura que seja suficiente para acolhê-los e abriga-los, facultando algumas brechas em aberto. Dessa forma, o presente estudo surge como uma resposta às deficiências existentes, de uma maneira de humanizar o assunto e possibilitar através da arquitetura social a criação de um centro de apoio e capacitação dos imigrantes refugiados.

Palavras-chave: Imigrantes, Refugiados, Integração Social, Readequação arquitetônica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1.1. Justificativa	19
1.2. Objetivos.....	20
1.2.1. Objetivo Geral	20
1.2.2. Objetivo Específico	20
1.3. Problemática.....	21
1.4. Metodologia	22
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1. Funções e usos	28
2.2. Benefícios sociais	31
2.3. Benefícios ambientais.....	35
3. CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS	42
3.1. Internacional	42
3.2. Nacional.....	44
3.3. Federal.....	46
3.4. Municipal.....	50
4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	51
4.1. Centro de integração a pessoas em vulnerabilidade social.....	51
4.2. CIC do Imigrante São Paulo	53

4.3.	Complexo de apoio e acolhida para refugiados da Venezuela	57
4.4.	Centre Humanitaire Paris-Nord.....	60
4.5.	Capslo Homeless Center – São Luis Obispo.....	63
4.6.	The Bridge Homeless Assistance Center	66
4.7.	Análise das referências	69
5.	CONDICIONANTES DE PROJETOS.....	71
5.1.	Aspectos Urbanos	71
5.1.1.	Legislação Uso e Ocupação do Solo.....	74
5.1.2.	Sistema viário	76
5.1.3.	Infraestrutura	77
5.2.	Aspectos Arquitetônicos e Urbanísticos	78
5.2.1.	Topografia.....	78
5.2.2.	Clima	79
5.2.3.	Aspectos Ambientais e Paisagísticos	81
5.3.	Estratégias Bioclimáticas e Sustentáveis.....	82
5.3.1.	Ventilação cruzada.....	82
5.3.2.	Drywall	84
5.3.3.	Pavimento permeável.	85
6.	PROPOSTA PROJETUAL.....	86
6.1.	Conceito.....	86
6.2.	Diretrizes projetuais.....	86

6.3.	Programa de necessidades	87
6.4.	Fluxograma.....	90
7.	PARTIDO ARQUITETÔNICO	91
8.	PROPOSTA FINAL.....	92
8.1.	Implantação	93
8.2.	Plantas baixas	94
8.3.	Cortes	Erro! Indicador não definido.
8.4.	Fachadas.....	Erro! Indicador não definido.
8.5.	Perspectivas e imagens internas	113
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	126
10.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Centro de Pastoral para Migrantes.	37
Figura 2: Haitianos no curso de capacitação no Seccon MT.	39
Figura 3: Fachada lateral.	51
Figura 4: Escadaria externa e praça.	51
Figura 5: Circulação Interna.	52
Figura 6: Sala de Informática.	52
Figura 7: CIC do Imigrante São Paulo.	54
Figura 8: Planta baixa do CIC do Imigrante São Paulo.	54
Figura 9: Parte interna CIC do Imigrante São Paulo.	55
Figura 10: Sala de estudo e informática.	56
Figura 11: Perspectiva do Complexo de apoio e acolhida para refugiados da Venezuela.	58

Figura 12: Planta baixa.	59
Figura 13: Esquemas de uso.	60
Figura 14: Recepção e primeiro atendimento.	61
Figura 15: Quartos no Centre Humanitaire Paris-Nord.	62
Figura 16: Perspectiva do externo do Centro CAPSLO.	63
Figura 17: Planta térreo do CAPSLO.	64
Figura 18: Estacionamento do CAPSLO.	65
Figura 19: Perspectiva fachada principal do Centro CAPSLO.	65
Figura 20: Perspectiva The Bridge Homeless Assistance Center.	67
Figura 21: Parte de assistência do Homeless Assistance Center.	67
Figura 22: Planta do Perspectiva The Bridge Homeless Assistance Center.	68
Figura 23: Mapa de Mato Grosso.	72
Figura 24: Mapa do Brasil.	72
Figura 25: Demarcação do terreno utilizado na proposta.	73
Figura 26: Quadro de índices urbanísticos de Cuiabá.	74

Figura 27: Mapa análise do entorno.....	75
Figura 28: legenda da imagem 26.....	75
Figura 29: Sistema Viário.....	77
Figura 30: vista do terreno.	79
Figura 31: estudo de insolação e ventos dominantes.	80
Figura 32: Condições de conforto da região.	81
Figura 33: Imagem do local.....	81
Figura 34: figura ilustrando a ventilação cruzada.....	83
Figura 35: Sistema de vedação drywall.	84
Figura 36: Bloco de pavimentação de pneu reciclado.....	85
Figura 37: Fluxograma do crematório.	90
Figura 38: Implantação.	93
Figura 39: Planta Baixa Térreo Administração e Escola.	95
Figura 40: Planta Baixa 1º pavimento ADM.	96
Figura 45: Corte AA Administração.....	97

Figura 46: Corte BB Administração e Escola.	97
Figura 52: Fachada Frontal Administração e Escola.....	98
Figura 53: Fachada Lateral Administração e Escola.....	98
Figura 41: Planta Baixa da Capela.....	99
Figura 47: Corte AA - Capela.....	100
Figura 48: Corte BB - Capela.....	101
Figura 54: Fachada Frontal - Capela.	102
Figura 55: Fachada Lateral - Capela.....	103
Figura 42: Planta Baixa térreo - habitações PNE.....	104
Figura 43: Planta Baixa Tipo - Habitações 1° e 2° pavimentos.....	105
Figura 49: Corte AA - Habitações.	106
Figura 56: Fachada Frontal - Habitações.....	107
Figura 57: Fachada Lateral – Habitações.	108
Figura 44: Planta Baixa Refeitório e Lavanderias.	110
Figura 50: Corte AA - Refeitório e Lavanderia.	111

Figura 51: Corte BB - Refeitório.....	111
Figura 58: Fachada Frontal - Refeitório e Lavanderias.....	112
Figura 59: Fachada Lateral - Refeitório e Lavanderia.....	112
Figura 60: Placa de identificação do local.....	113
Figura 61: Visão geral de toda fachada.....	114
Figura 62: Visão do canteiro central de acesso a Administração.....	115
Figura 63: Visão superior do centro.....	116
Figura 64: Perspectiva do playground.....	117
Figura 65: Perspectiva do playground.....	118
Figura 66: Perspectiva do prédio de habitações femininas/ familiar.....	119
Figura 67: Capela ao centro do pátio.....	120
Figura 68: Entrada do refeitório e cozinha.....	121
Figura 69: Perspectiva do prédio de habitações masculina/ familiar.....	122
Figura 70: Perspectiva da horta comunitária.....	123
Figura 71: Perspectiva da academia ao ar livre.....	124

Figura 72: Visão geral de todo o terreno..... 125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programa de necessidades..... 87

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, a palavra estrangeiro vem do termo latino *extranĕus*, utilizado para se referir ao que era de fora, ao que não pertencia a família ou ao país. Das acepções apresentadas, interessam-nos, para esse trabalho, as seguintes: Que é de outro país ou o que é proveniente, característico de outra nação; e indivíduo de nacionalidade diversa daquela do país onde se encontra ou vive. Considera-se por estrangeiro aquele que se encontra ou vive em um país que não é o de seu nascimento. Ser estrangeiro significa não ser considerado nacional em conformidade com as leis de determinado país. Consequentemente, significa não estar contemplado por um conjunto de direitos conferidos pelos ordenamentos jurídicos internos aos cidadãos que mantenham um vínculo de nacionalidade com aquele Estado.

A imigração de habitantes de outros países da América do Sul para o Brasil teve início em meados da década de setenta do século passado. A maioria deles eram, à época, a maioria oriunda da Bolívia, do Paraguai e do Peru. Esses primeiros movimentos migratórios tiveram por causas os períodos ditatoriais instalados nesses países e, ao final desses períodos, as fortes recessões que os assolaram.

O Brasil, a despeito da recessão pela qual passava, vivia, nestes anos de repressão ditatorial relativa prosperidade, sendo conhecido como o país do “milagre econômico”. Por esse motivo, e também pelo fato de o regime ditatorial brasileiro ser considerado o menos repressor à época, em relação aos dos demais países da América do Sul, o Brasil foi um destino bastante procurado pelos habitantes de seus países vizinhos. A atual imigração para o país tem como principal objetivo obter melhores condições de emprego, moradia, saúde, educação; enfim, melhores condições de vida.

Desde 2012 se observa um aumento no número de estrangeiros no país, oriundos de países de culturas diferentes e por razões de deslocamento diversas. Em linhas gerais, conforme mencionamos no início deste trabalho, houve, em âmbito global, após a crise econômica iniciada em meados de 2008, uma inversão no fluxo das migrações, que antes se centravam no eixo sul – norte, e passaram para o deslocamento no eixo norte – sul, o que finda por influenciar no fluxo migratório do país.

Em 2013, 48.272 mil estrangeiros solicitaram ao governo brasileiro – por meio da Polícia Federal – autorizações de permanência ou sua prorrogação no país, se comparado com os 20.062, em 2006, o que significa que mais que dobrou. Os sírios já representam a terceira maior nacionalidade de refugiados no país, assim considerados pelo fato de seu país de origem estar em guerra desde 2011 (PRATES, 2014).

Também há uma presença considerável de haitianos em Cuiabá, que foram forçados a imigrar após o terremoto de 2010 que aconteceu no Haiti. Estes também sentiram a necessidade e de imigração pela falta de condições de trabalho no país, mormente na capital Porto Príncipe. Após o terremoto, o exército brasileiro atuou na estabilização do país por meio da ONU – nomeadamente pela operação Minustah: O Brasil na missão de paz no Haiti. Tal apoio se estendeu à posterior recepção dos imigrantes haitianos no Estado brasileiro.

Diante disso, o presente trabalho trata de um projeto arquitetônico de um centro de apoio, capacitação e integração ao imigrante, capaz de atender suas necessidades mais urgentes. A edificação contará com espaços que servirão para prestar auxílios como: encaminhamento para documentação, participação de cursos de artesanato, capacitação profissional

e para o estudo do idioma, além de acompanhamento psicológico e auxílio para a inserção no mercado de trabalho e na nova cultura.

1.1. Justificativa

De acordo com o IBGE (2012), o número de imigrantes cresceu 86,7% em dez anos no Brasil, o total passou de 143.644 para 286.468, entre 2000 e 2010, este número leva em conta apenas imigrantes que vivem no país há 5 anos. O Brasil é reconhecido na América do Sul como um país cuja política migratória é favorável à aceitação de estrangeiros. Uma política pública de inclusão que tenha objetivo na aquisição de direitos civis, trabalhistas e políticos dos estrangeiros permite capacitá-los para o exercício digno de uma profissão, o acesso à educação e à cidadania.

Também propicia intercâmbio cultural benéfico para a sociedade brasileira, reduzindo preconceitos pela evidência de diferenças. O pedido de ajuda é nítido e pode-se ver estampado nos olhares de cada refugiado, seres humanos, que necessitam resgatar sua dignidade, e se arriscam em busca da sobrevivência. Assim sendo pode-se apontar que é possível através da arquitetura diminuir um pouco o sofrimento e ainda qualificá-los para o mercado de trabalho.

Assim, a proposta deste estudo é desenvolver um projeto arquitetônico para o acolhimento um local sejam recebidos e capacitados imigrantes que serão inseridos no mercado de trabalho e na cultura brasileira. Essa parcela da população é de alta complexidade, posto que, na sua grande maioria, não possui conhecimento da língua portuguesa, necessitam de lares temporários e muitos portam grandes problemas psicológicos, tais como mulheres vítimas de violência doméstica.

Dessa forma o centro de apoio, integração e capacitação proposto, buscaria auxiliar o imigrante momento em que adentra o país, com base em três questões de grande relevância: proteção, assistência e integração.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é propor um projeto arquitetônico de um centro de apoio, integração e capacitação do imigrante, na cidade de Cuiabá-MT.

1.2.2. Objetivo Específico

- Pesquisar as questões principais relacionadas aos refugiados no Brasil.
- Pesquisar e analisar acerca do histórico da migração no Brasil.
- Pesquisar e analisar as políticas públicas de acolhida de imigrantes.
- Pesquisar e analisar os Direitos e obrigações dos solicitantes de refúgio no Brasil.

1.3. Problemática

De acordo com o Ministério da Justiça (2014), o Brasil não possui uma infraestrutura adequada para atender as milhares de pessoas que tem buscado o país nos últimos anos. As maiores crises da migração decorrentes a vários fatores como depressão financeira, guerras e desastres ambientais, transformaram o Brasil num destino mais tranquilo para aqueles que anseiam por uma nova chance na vida.

Em Cuiabá a vinda de imigrantes tem se tornado um problema social, por falta de estrutura para abrigá-los e realizar um acolhimento humanizado.

Estima-se que milhões de estrangeiros em todo o mundo vivam em situação clandestina (indocumentada), ou irregular (com documento vencido), porque adentraram após a fase de consolidação jurídico-sociológica. Muitas dessas pessoas, por não tem como retornar ao lugar de origem, se sujeitam a em busca de trabalho informal, sem direitos civis, trabalhistas ou previdenciários. Outros tantos sofrem abusos e violência física, em face da dependência que a irregularidade migratória provoca.

A outra face dessa lógica coloca o imigrante “mão de obra” na outra extremidade da equação, que dificulta a obtenção do visto como um subterfúgio para obstaculizar sua entrada no mercado de trabalho, pelo viés de proteção dos “interesses nacionais”. Ocorre inclusive uma livre associação de migração e pobreza como condição de causa e efeito, sem saber qual ocorre primeiro: se pobreza no país de origem que gera a imigração, ou a imigração que gera uma perda de poder aquisitivo.

Paralelamente, com a criação de não espaços onde os imigrantes são obrigados a ocupar, seja pela sua exclusão do mercado de trabalho formal, seja pela restrição ao acesso a direitos formalmente oferecidos e até pela sua constante relegação ao status de pendência documental, contribuem, sem dúvida, com a geração de novas rugosidades sociais.

Assim, não se pode permitir que a inexistência de nacionalidade e a permanência “irregular” no país sejam justificativas para o ordenamento jurídico nacional desamparar o imigrante haitiano, sob pena deste estrangeiro estar sendo condenado a buscar trabalhos informais, ou se sujeitar a todo tipo de exploração sem a garantia dos direitos fundamentais sociais mínimos, como salário mínimo e jornada de trabalho delimitada.

A cidade de Cuiabá, ainda possui dificuldades para atender essa população, decorrente dos problemas apontados acima. Diante disto questiona-se: existe acolhimento para esses imigrantes? Há espaço destinado para que esses imigrantes possam ser integrados e capacitados para viver no país? Como a arquitetura pode cooperar para solucionar essa problemática na sociedade brasileira?

1.4. Metodologia

Baseia-se o presente estudo em pesquisa descritiva, além disso optou-se pela pesquisa exploratória que de acordo com GIL (2002) assume a forma de pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Como instrumentos para a coleta de dados utilizou-se análise documental,

estudo de caso e pesquisa de campo. Na abordagem optou-se pela pesquisa qualitativa que visa entender a motivação de um grupo, compreendendo e interpretando comportamentos e tendências para um problema. Tem como uma de suas características apresentar uma liberdade maior teórico-metodológica para realizar o estudo.

Neste trabalho, a escolha metodológica está voltada para a pesquisa com aprofundamento, compreensão, estudo e descrição do público alvo contemplando um projeto de arquitetura. Os sujeitos da pesquisa são os imigrantes, e, a partir deste estudo, se procurou focar o problema principal que é a falta de estrutura adequada para atender a demanda desse grupo social. Desse modo, foram realizadas pesquisas sobre o contexto histórico das imigrações bem como de sua proteção legal e condicionantes legais sobre imigrantes no Brasil, traçando uma análise etimológica e sistemática na integração dos estudos pesquisados.

Os autores que contribuíram para a investigação foram: AYALA (2020), BACHEGA (2011), BRÜGGER (2011), CARLOS (2020), DALL'ALBA (2016), FERNANDES (2014), GIL (2002), HANDERSON (2015), PINTAL (2020), PONTES (2012), PRATES (2014), REDIN (2015), REIS (2011), SICILIANO (2019), SILVA (2017), SOUSA (2020), IBGE (2012), assim como, será pesquisado informações no site do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2014).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A população brasileira é formada por diversos grupos étnicos, criando, assim, uma cultura miscigenada com características diversas devido ao grande processo imigratório pelo qual o país passou, tendo início em 1530, com as capitanias hereditárias, e com o começo da lavoura da cana de açúcar. Os primeiros imigrantes que chegaram ao país foram os portugueses e os africanos, trazidos à força para o trabalho escravo. Durante o período colonial, ocorreram também invasões de estrangeiros holandeses, franceses e britânicos, porém estes foram expulsos pelos indígenas e pelos portugueses, ou seja, durante todo esse período a imigração portuguesa para o Brasil foi mais expressiva.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz vetou o tráfico negreiro, e em 1888, a Lei Áurea aboliu a escravidão no Brasil, o que promoveu um aumento significativo no movimento de imigração, pois houve maior necessidade de mão de obra em função do desenvolvimento das plantações de café e início das atividades industriais. Foi um período que se caracterizou pela entrada de imigrantes italianos, alemães, espanhóis e japoneses.

Um passeio pela Rodovia dos Imigrantes mostra o quanto a imigração moldou o Brasil moderno. A sinuosa via expressa entre a costa atlântica do Brasil e a cidade de São Paulo segue o caminho percorrido por milhões que chegaram nos séculos XIX e XX. Ao longo do caminho, e em qualquer bar do país, os brasileiros lancham quibe embora poucos percebam que esse croquete de bulgur (quibe) e carne picada chegou junto com imigrantes do Oriente Médio. Outros leem mangás japoneses e praticam “Novas religiões japonesas”, ilustrando a influência cultural da maior população da diáspora japonesa do mundo. A história de migração do Brasil também inclui dificuldades e desespero: escravidão, políticas racistas,

restrições à imigração e tensões financeiras muitas vezes sobrecarregaram as vidas dos recém-chegados e seus descendentes, enquanto as crises econômicas levaram muitos a emigrar.

De 1870 a 1930, entre 2 milhões e 3 milhões de imigrantes se estabeleceram no Brasil. Embora a maioria tenha vindo da Europa, um número significativo também veio do Oriente Médio e da Ásia.

Na América portuguesa, onde a maioria dos residentes da era colonial eram escravos africanos e seus filhos, os imigrantes se juntaram a uma discussão sobre negritude e branquitude que continua a dominar os discursos populares e da elite (GOMES, 2015).

No final do século XIX, o crescimento da população global e as inovações tecnológicas começaram a encorajar e facilitar a migração em massa. Os processos duplos de desenvolvimento urbano e industrialização criaram um impulso na Europa, Ásia e Oriente Médio, onde o aumento da população não estava sendo totalmente absorvido pela força de trabalho, e uma atração nas Américas, onde as economias estavam se expandindo. Mais de 2,6 milhões de imigrantes entraram no Brasil entre 1890 e 1919. As chegadas de portugueses, espanhóis, italianos e japoneses representaram o maior número. No geral, imigrantes de mais de 60 países chegaram ao Brasil antes de 1930 (SOUZA, 2016).

Entre 1872 e 1972, 57% dos cerca de 5,4 milhões de recém-chegados de italianos e japoneses ao Brasil se estabeleceriam em apenas uma cidade: São Paulo.

Com a imigração em massa também veio o descontentamento, revoltas e fuga entre aqueles que não queriam suportar o tratamento duro nas plantações e nas fábricas. Comunidades formadas em torno de identidades nacionais. Os recém-chegados também se voltaram para a ação política para melhorar de vida, aderindo à sindicatos, fazendo greves e, às vezes,

levando suas queixas às ruas. As regras formais e informais ameaçaram todos os trabalhadores ativistas com perda de emprego e prisão, e durante os séculos XIX e XX, as autoridades deportaram centenas de líderes sindicais (GOMES, 2015).

A descendência japonesa mobilizou conhecimentos para planejar e acompanhar trajetórias de ascensão sociocultural, contribuindo assim, ao lado de brasileiros de outras etnias, para a construção de uma sociedade brasileira dinâmica, moderna, multiétnica e multicultural.

A crise econômica mundial, em 1929, diminuiu drasticamente as imigrações para o Brasil, aumentando somente após o fim da Segunda Guerra Mundial. De 1980 até os dias de hoje o Brasil passou a ser uma área de recepção migratória de países latino-americanos (em destaque Venezuela, Haiti e Cuba) e como existem restrições impostas à entrada de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, muitos coreanos, chineses, sírios, senegaleses entre outros também optaram por imigrar para o Brasil.

Uma grave crise econômica na década de 1980 transformou o Brasil de um país de imigração para um também de emigração. Hoje, grandes populações brasileiras residem (em ordem numérica) nos Estados Unidos, Paraguai, Japão, Reino Unido, Portugal, Espanha, Alemanha, Itália e França. Em média, cerca de 100.000 brasileiros deixaram o país por ano desde 2000, com cerca de metade do total vindo dos estados do sudeste de Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Goiás. Em 2014, mais de 3,1 milhões de brasileiros viviam fora do país, segundo o Ministério das Relações Exteriores. Os brasileiros que vivem no exterior enviaram cerca de US \$ 2,7 bilhões em remessas ao Brasil em 2017, segundo dados do Banco Mundial (HANDERSON, 2017).

Novos grupos de imigrantes começaram a chegar ao Brasil na última parte do século XX. Entre 1975 e 1990, cerca de 200.000 coreanos entraram no Paraguai e na Bolívia (onde os vistos de imigrante estavam disponíveis para aqueles com

quantias relativamente pequenas de dinheiro), e quase a metade foi para o Brasil. Mais de 10.000 coreanos vivem no Brasil hoje, embora a população de descendência coreana seja muito maior. Na década de 1980, a imigração chinesa se expandiu junto com as relações comerciais Brasil-China. Os migrantes chineses, como os coreanos, muitas vezes entram pelo Paraguai e frequentemente se deslocam entre esses dois países. Em 2012, cerca de 150 mil chineses e seus descendentes viviam no Brasil, a grande maioria em São Paulo, segundo o Consulado Geral da China no Rio de Janeiro. Alguns trabalham como produtores, varejistas de roupas de baixo custo ou ambos. Outros ganham a vida no varejo e no atacado de produtos importados de baixo custo, como brinquedos, utensílios de escrita, relógios e eletrônicos. Os frequentes programas de regularização de imigrantes no Brasil têm permitido que muitos chineses não autorizados obtenham status legal (GOMES, 2015).

Em 2017, cerca de 736.000 imigrantes viviam no Brasil, a terceira maior população estrangeira na América do Sul. Outros milhões são descendentes de imigrantes e, embora tenham nascido no Brasil, comumente se definem ou são definidos como japoneses, portugueses, árabes, alemães ou italianos. O Brasil também é um destino importante para migrantes das Américas, incluindo bolivianos, requerentes de asilo venezuelanos que fogem de crises econômicas e políticas e haitianos que migram por razões econômicas e humanitárias (HANDERSON, 2017).

O Brasil é conhecido por ser um país que acolhe os imigrantes, mesmo o governo não estando estruturado para realizar o controle de todos que adentram o país, não podendo assim oferecer o auxílio adequado a essa população, deixando-os sujeitos a situações precárias de vida. Muitos imigrantes adentram o país de forma clandestina, tornando o processo ainda mais difícil e perigoso. No ano de 2017, foi aprovada a nova Lei da Imigração que garante os direitos dos

estrangeiros e facilita o acolhimento de refugiados, um grande passo para evitar a discriminação e promover a inclusão dos imigrantes e refugiados.

Os ítalo-brasileiros são o maior número de pessoas com ascendência italiana total ou parcial fora da Itália, sendo São Paulo a cidade com ascendência italiana mais populosa do mundo. Nos dias atuais se pode encontrar um número muito grande de descendentes de italianos, desde o sudeste de Minas Gerais até o sul do estado do Rio Grande do Sul, sendo a maioria no estado de São Paulo e o maior percentual no estado de São Paulo (GOMES, 2015).

2.1. Funções e usos

A migração havia sido tratada, até então, apenas como um efeito do processo de desenvolvimento do capitalismo, tais como dos processos de industrialização e urbanização. No início do século XX, a migração tornou-se objeto de estudo da sociologia norte-americana em resposta aos problemas sociais gerados pelo crescente afluxo populacional da Europa para os Estados Unidos.

Sousa (2016), avalia o tema da migração como um subgrupo da Economia do Trabalho, com o intuito de estabelecer relações de causalidade entre o ato de migrar e as questões econômicas, especialmente a diferença de salários. Para o autor e para outros que compõem o paradigma dominante em Economia, a decisão de migrar resulta de um cálculo de custos e benefícios (mensuráveis em termos monetários) envolvidos na migração. Nesses termos, o sucesso do migrante seria determinado por fatores como educação, experiência profissional e tempo de permanência no destino, entre outros.

Essa abordagem foi criticada por Handerson (2017), que rejeita a superestimação das relações econômicas em detrimento das expectativas socialmente orientadas. Em outros termos, os migrantes não devem ser tratados primariamente como indivíduos maximizadores, extirpados de suas relações sociais, mas como membros de estruturas coletivas com comportamento complexo, que condicionam sua mobilidade espacial e socioeconômica. Nos últimos anos, os chamados novos economistas da migração desafiaram hipóteses e conclusões dos estudos clássicos, incorporando diferentes elementos à análise.

O direito à imigração, que consiste no direito de entrar e permanecer em determinado país, não se encontra expressamente disposto nos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, tampouco na grande parte dos ordenamentos jurídicos nacionais. Efetivamente, a salvaguarda de um direito a imigrar encontra obstáculo na soberania dos Estados, que é o poder que os concede, em âmbito interno, a prerrogativa de editarem leis para regulamentarem suas ordens jurídicas sem a interferência de outro poder externo. Com base nas suas soberanias, os Estados estabelecem os critérios de entrada e permanência de estrangeiros em seus territórios, contudo, não podem fazê-lo sem qualquer limitação. Acordos como os de reciprocidade e os de livre circulação com outros Estados devem ser respeitados (GOMES, 2015).

Diante da crise migratória em que o mundo se encontra, os países recebem em seus territórios imigrantes e refugiados, lembrando que imigrante é o indivíduo ou grupo de estrangeiros que chega a um determinado país com a intenção de trabalhar e fixar residência, seja de temporariamente ou não. Já o refugiado é obrigado a deixar seu país de origem em razão de temores de perseguição ou desastres naturais; necessitando buscar refúgio em outros países. Esse fenômeno social é chamado de diáspora, movimento migratório que ocorre, quando o indivíduo é obrigado a migrar e não migra por livre e espontânea vontade (HANDERSON, 2017).

A história da imigração no Brasil se confunde com a própria história do país. Tendo por marco inicial a chegada dos portugueses, passando pelos europeus da França e da Holanda, pela chegada dos negros africanos, de imigrantes italianos e alemães no século XIX, tal qual a imigração árabe e asiática no início do século XX e de sul-americanos desde o século XX, pode-se dizer que a imigração sempre foi uma constante em território brasileiro. Até o final de 2009 viviam em situação regular no Brasil cerca de 40 mil estrangeiros, aproximadamente 0,21% da população brasileira. A maior comunidade de imigrantes é formada por bolivianos, que são 16.881, seguindo-se dos chineses, 5.492, dos peruanos, 4.642, dos paraguaios, 4.135 e dos coreanos, que são 1.129 em território nacional (GOMES, 2015).

Havia, ainda, os imigrantes indocumentados, ou em situação irregular, que, até o final do ano de 2009, estimava-se que fossem 150 mil. Uma parte desses regularizou sua situação perante as autoridades brasileiras no final de 2019 em decorrência de uma lei de anistia que permitiu o processo de regularização simplificado para os imigrantes que ingressaram no país até janeiro de 2009. Os asiáticos entravam no país de forma legal, geralmente com um visto de turista, cuja duração é de noventa dias, e, após o término desse prazo, permaneciam no país, já de maneira irregular. Boa parte desses estrangeiros permanece por muito tempo no país sem autorização das autoridades brasileiras, e se dedicam às atividades informais nos grandes cidades urbanas, sobretudo na região sudeste. A imigração de habitantes de outros países da América do Sul para o Brasil teve início em meados da década de setenta do século passado. A maioria deles era, à época, oriunda da Bolívia, do Paraguai e do Peru. Esses primeiros movimentos migratórios tiveram por causas os períodos ditatoriais instalados nesses países e, ao final desses períodos, as fortes recessões que os assolaram (GOMES, 2015).

O visível crescimento econômico brasileiro é um atrativo para esses novos imigrantes. Desde 2012 se observa um aumento no número de estrangeiros no país, oriundos de países com culturas diferentes e por razões de deslocamentos

diversos. Em linhas gerais, conforme mencionado no início deste trabalho, houve, em âmbito global, após a crise econômica iniciada em meados de 2008, uma inversão do fluxo das migrações, que antes se centravam no eixo sul ---> norte, e passaram para o deslocamento no eixo norte ---> sul, o que finda por influenciar no fluxo migratório do país (GOMES, 2015).

A recente imigração para o Brasil é realizada, majoritariamente, por homens. A imigração feminina para o país não tem a frequência da imigração masculina, e ainda tem por principal causa o acompanhamento da família, ou do cônjuge, ou do companheiro. Apenas uma parcela pequena das mulheres que migram para o Brasil o faz de forma autônoma. Frequentemente essa imigração feminina independente é realizada por mulheres que possuem bons níveis de qualificação e tem por objetivo o exercício de atividades profissionais. Desse modo, predomina nas comunidades de imigrantes no Brasil a figura da mulher como acompanhante, reservada ao espaço doméstico e à família, o que a torna suscetível a restrições e violências, sobretudo se considerar o quanto as sociedades sul-americanas são machistas e patriarcais.

2.2. Benefícios sociais

Infelizmente, não são poucos os países onde o forasteiro remanesce sendo tratado como ameaça. Marginalizado pelas leis, o imigrante acaba exposto a toda sorte de incertezas: senão à prisão e à deportação arbitrária, à criminalidade e à exclusão social, aglutinando-se entre as camadas segregadas de identidade cívica. Existem diversas formas político-ideológicas inibidoras da proteção jurídica da imigração. A mais notória é a chamada doutrina da segurança nacional. A ideia surgiu no cenário mundial em 1947, quando o Presidente Harry Truman afirmou que os Estados Unidos estariam dispostos a conter o avanço comunista pela intervenção militar (PONTES, 2012).

A imigração boliviana no Brasil teve início nos anos 1960. Os árabes, donos das confecções, empregavam os coreanos que começaram a abrir suas próprias confecções e a contratar bolivianos. No começo, eram só empregados. Hoje alguns já são donos de fábricas. Recentemente, o fluxo imigratório de bolivianos para o Brasil sofreu considerável incremento, fomentado pela crise econômica que assola a Bolívia, classificada como 113ª no ranking do IDH da ONU, o pior da América do Sul. Muitos deles são recrutados por ‘coiotes’, ainda na Bolívia, seduzidos por ofertas de trabalho, moradia e salários atrativos.

Os principais portões de entrada para a imigração clandestina boliviana são as cidades de Corumbá (Mato Grosso do Sul), Cáceres (Mato Grosso), Guajará-Mirim (Amazonas, por via fluvial), Manaus (Amazonas, por via fluvial) e Foz do Iguaçu (Paraná). Em 2010, um grande terremoto de magnitude 7,0 na escala Richter atingiu o Haiti, quando duzentos e cinquenta mil pessoas morreram e algo em torno de 1,5 milhão ficaram desabrigadas. Mais de três milhões de pessoas foram forçadas a sair dos seus locais de residência e deixar seus países. Com isso, o Brasil tem sido o destino de muitos imigrantes que buscam um recomeço, qualidade de vida, refúgio, emprego e moradia. Os países com maiores solicitações de refúgio, no Brasil, são Venezuela, Cuba, Haiti, Angola e Síria (BACHEGA, 2016).

No Brasil, muitos enfrentam dificuldades para se comunicar e encontrar trabalho por falta de qualificação ou reconhecimento dos seus estudos anteriores; entre outras dificuldades. Os principais destinos dos haitianos são os estados do Acre (AC), Distrito Federal (DF), Mato Grosso (MT), São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC), nos quais trabalham na construção civil e na indústria de alimentos, em geral. De acordo com os dados da Polícia Federal, o estado de Mato Grosso é um dos principais destinos dos haitianos registrados e, conforme Bachega (2016), a capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, é o destino da maioria da população.

Dentre os fatores que levaram os migrantes do Haiti a optarem pelo Brasil entende-se que os pioneiros tenham as suas raízes em 2004, após a crise política daquele país, ocorrida no governo do Presidente Jean-Bertrand Aristide. Segundo Ayala (2014), Bonifácio Alexandre, presidente da Suprema Corte, assumiu a presidência interina do Haiti, seguindo as normas sucessórias e, em 29 de fevereiro de 2004, mesmo dia da saída de Aristide da ilha, a carta-renúncia deste foi submetida ao Conselho de Segurança (CS) pelo Representante Permanente do Haiti junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Além de um pedido de assistência visando à manutenção da segurança interna, a carta pedia garantias para uma transição política de forma pacífica na ilha.

Quando chegaram ao Brasil, os haitianos não portavam qualquer espécie de visto exigido pela legislação brasileira como necessário à permanência de estrangeiro em solo nacional. O Estatuto do Estrangeiro é a principal lei que rege a política migratória brasileira. Ele foi publicado durante o regime ditatorial, face ao descontentamento dos militares com a ingerência de religiosos estrangeiros nos assuntos internos. Válido salientar que, logo nos seus primeiros artigos, tal Estatuto expõe o objetivo da política que regulamenta: privilegiar a segurança, os interesses nacionais e proteger a economia. Nenhum compromisso, portanto, com o viés humanitário (SICILIANO, 2013).

Nada mais contraditório, face a Constituição Federal que tem a dignidade da pessoa humana como um dos seus fundamentos, prevê a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer distinção e dispõe que o país se pauta, nas suas relações internacionais, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos. Ademais, o mencionado Estatuto vai também de encontro à atual política brasileira no cenário internacional, em que busca melhorar a sua imagem tão desgastada com as constantes acusações de violação de direitos humanos, pois, de acordo com Reis (2011), entenderam os governantes

que uma melhor gestão da temática migratória ofertava ao governo poderoso argumento para, criticando o procedimento dos países ricos, propagar que oferece tratamento digno aos estrangeiros no Brasil.

O ano de 2014 marcou a iniciativa do Governo Federal Brasileiro em debater com a sociedade civil os rumos de uma nova Política Nacional para Migrações e Refúgio. Esse processo culminou na 1ª Conferência Nacional para Migrações e Refúgio (Comigrar), organizada pelo Ministério da Justiça, como última etapa de outras conferências preparatórias, as quais contaram com a participação direta de imigrantes e refugiados no Brasil. Ao eleger cinco eixos de diálogo, todos voltados à agenda dos direitos humanos, essa iniciativa denunciou o esgotamento do modelo político-normativo tradicional com o qual o tema da mobilidade humana internacional é tratado, baseado na segurança nacional e no chamado “legítimo interesse de Estado.

Em busca de uma nova chance, os imigrantes e refugiados deixaram para trás um país, famílias e sua cultura. Desse modo, a dificuldade de comunicação, em virtude do não conhecimento da língua portuguesa, se tornou um dos maiores desafios, o que os isola e, fundamentalmente, gera entraves na busca de serviço, no desempenho do trabalho; assim como dificulta a comunicação em postos de saúde, entrevistas de empregos; entre outros (SILVA, 2017).

A atual imigração para o país tem por principal objetivo obter melhores condições de emprego, moradia, saúde, educação; enfim, melhores condições de vida. O visível crescimento econômico brasileiro é um atrativo para esses novos imigrantes.

Para os venezuelanos, o complexo representa uma oportunidade de integração e com as aulas e informações de idiomas, vistos, emissão de carteira de trabalho, significa entrada no mercado de trabalho e a chance de uma nova vida. Eles

podem contribuir para o desenvolvimento nas comunidades anfitriãs preenchendo uma lacuna na força de trabalho e a chegada de novos trabalhadores venezuelanos também estimula a economia local. Até o final de março, mais de 5.400 pessoas já haviam sido transferidas de Roraima para 17 estados brasileiros por meio de Estratégia de Realocação implementada desde abril de 2018.

2.3. Benefícios ambientais

Neste início de século XXI, o Brasil torna-se um ponto de atração para imigração, invertendo sua tradição recente de emigração. Vários aspectos, entre eles o momento positivo da economia e a projeção internacional colocam o país como uma alternativa para fluxos migratórios. Em 2010, o primeiro movimento humano em larga escala a chegar foi o de haitianos, deixando seu país após o terremoto no mesmo ano que torna ainda mais desafiadoras as condições de vida no país caribenho. Posteriormente, outros fluxos relativamente novos tomam parte do cenário nacional. Entre eles estão os senegaleses, que buscam oportunidades num país latino-americano, diante de um complexo panorama socioeconômico, agravado pelo fechamento de portas em outros países extracontinentais em que o processo geralmente se desenrolava (REDIN; MINCHOLA, 2015).

Boa parte da imigração subsaariana, sobre qual a senegalesa é representante, é marcada pela característica da busca por melhores condições de vida, não apenas para o sujeito em mobilidade, como também para aqueles que ficam no país. O processo desenvolve-se, assim, em uma condição de vulnerabilidade, pois envolve um sujeito ao qual

tradicionalmente o Estado pode exercer sua maior discricionariedade, o comumente chamado “imigrante econômico”. Não bastasse isso, os sujeitos em mobilidade vêm do Sul global, politicamente dominado nas relações de força do cenário internacional. Quem é o imigrante? É todo indivíduo que transcende fronteiras com o fim de se estabelecer de forma provisória ou permanente em outro país, que não o de origem” (REDIN; MINCHOLA, 2015, p. 124).

Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, recebe muitos imigrantes, que, em sua maioria, são haitianos. Cerca de 2.000 mil haitianos vivem na cidade e 5 mil distribuídos pelo estado, de acordo estimativas feitas pelas organizações não governamentais. Organizações como o Centro de Pastoral do Migrante (figura 1), que é mantido por meio da Paróquia Divino Espírito Santo, da Prefeitura Municipal de Cuiabá e parceiros; oferecendo apoio com documentações, acolhimento, moradia temporária (hospedagem por curto tempo) assistência médica e doações (SILVA, 2017).

Figura 1: Centro de Pastoral para Migrantes.



Fonte: Carlos (2018).

A entrada ilegal no país acarreta uma série de problemas e expõe os imigrantes a muitos perigos. Muitos imigrantes, em especial os haitianos, chegam ao Brasil pela Amazônia, costumam ir de avião até o Equador e, de lá, pegam um ônibus até a fronteira do Peru com o Brasil, na Amazônia. A viagem pode durar até uma semana. Durante o trajeto, muitos imigrantes sofrem com a tentativa de aliciamento por parte dos coiotes, “policiais peruanos”. Valendo-se de falsas promessas ou fraudes,

os imigrantes acabam sendo utilizados como mulas para o narcotráfico, exploração sexual, trabalho escravo ou suborno. Esta prática ainda existe, pois, muitos imigrantes se dizem incapazes de cumprir (REDIN; MINCHOLA, 2015).

A Pastoral conta também com espaço cultural e de convivência, oferecendo cursos de orientação religiosa, cidadania, entre outros, ao mesmo tempo em que exerce um trabalho de suma importância para a vida dos imigrantes, em geral, não só para os haitianos; tornando-se referência para os estrangeiros que chegam a Cuiabá. Assim, em bairros como Jardim Eldorado, Carumbé, Planalto, Pedregal, Bela Vista e Sol Nascente concentram-se casas e condomínios residenciais ocupados pelos imigrantes; todos os bairros encontram-se no entorno da Avenida Dante Martins de Oliveira (Avenida dos Trabalhadores), responsável pela ligação entre a parte leste da cidade com os conjuntos habitacionais de aluguéis mais acessíveis e o centro da cidade (CARLOS, 2018).

O povo imigrante busca na capital, além do recomeço e oportunidade de emprego, “trabalhar com profissão”, expressão utilizada por muitos haitianos entrevistados em diversas reportagens. O acesso a cursos técnicos gratuitos e às universidades, estimulam a vontade de crescimento dessa população, embora a principal dificuldade se concentre na comunicação, pois, no caso, dos haitianos, por exemplo, sua língua oficial é o francês e muitos se comunicam também pelo crioulo. É importante destacar que os cursos de português disponibilizados pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e demais escolas, estão sempre lotados, assim como os cursos de capacitação (SILVA, 2017).

No tocante à questão de qualificação e estudos, vale lembrar que alguns haitianos têm curso superior, mas não têm autorização para trabalhar no Brasil. O processo de regularização pode demorar até três anos, por isso precisam atuar em

outros serviços. O recomeço não é fácil, a batalha diária em busca de dignidade e sustento para a família é uma realidade constante dessa população.

Figura 2: Haitianos no curso de capacitação no Secon MT.



Fonte: Carlos (2018).

É sabido que já há em Cuiabá, universidades e órgãos não governamentais que atendem a uma pequena demanda no trato com a língua portuguesa. A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) formulou uma política pedagógica para atender os imigrantes que vivem em Mato Grosso, com aulas nas escolas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), o Instituto

Federal de Mato Grosso (IFMT) também fornece aula de português. Estima-se que entre os imigrantes sejam cerca de 2 mil haitianos, além de outras nacionalidades. Portanto, a política pedagógica atenderá a todas as nacionalidades que residem no estado, de acordo com a Coordenadoria de Diversidades (SILVA, 2017).

Os solicitantes de refúgio não podem sofrer penalização por entrada irregular, enquanto o pedido estiver sendo analisado, não podem ser expulsos ou devolvidos para um país onde a sua vida ou integridade física estejam em risco. Possuem direito a documentos de identidade e carteira de trabalho provisória a fim de assegurar seu direito de permanecer em território brasileiro até decisão final do processo de solicitação de refúgio.

O trânsito pelo território brasileiro deve ser livre, bem como o acesso às escolas públicas de ensino fundamental e médio além de poderem participar de programas públicos de capacitação técnica e profissional, e devem ser atendidos em quaisquer hospitais e postos de saúde públicos no território nacional.

No Brasil, o racismo é considerado crime, portanto, ninguém pode ter seus direitos restringidos em razão da cor da sua pele, gênero, orientação sexual, condições econômicas ou crenças religiosas.

O refugiado não deve ser discriminado ou sofrer violência sexual, direito que se estende para mulheres e homens, independente do gênero sexual. A respeito da religião, o Brasil é um país laico que assegura plena liberdade de culto e crença, portanto os solicitantes de refúgio podem praticar livremente sua religião.

Por outro lado, com esses direitos, os refugiados e solicitantes de refúgio também devem cumprir algumas obrigações como respeitar todas as leis, respeitar as pessoas, entidades e organismos públicos e privados e manter sua documentação sempre atualizada.

3. CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS

3.1. Internacional

O direito a emigrar começa pelo art. 13º, n. 2 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948 (DUDH): “Todo o homem tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país” (GOMES, 2015, p. 39).

No mesmo sentido, o art. 12º, n. 2, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, de 1966 (PIDCP), garante um direito a sair de qualquer país: “toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país”. No âmbito do Conselho da Europa, o direito a emigrar se encontra expressamente estabelecido no art. 3º, n. 2 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), quando dispõe que “ninguém pode ser privado do direito de entrar no território do Estado de que for cidadão” (GOMES, 2015, p. 39).

De fato, há a garantia de um direito a entrar e permanecer conferido aos nacionais/cidadãos do Estado para o qual pretendem entrar, o que, naturalmente, exclui o exercício do direito de imigração pelos estrangeiros. Efetivamente, a garantia de um direito a imigrar encontra obstáculo na soberania dos Estados, que é o poder que os concede, em âmbito interno, a prerrogativa de editarem leis para regulamentarem suas ordens jurídicas sem a interferência de outro poder externo.

O estrangeiro também pode se valer da proteção de direitos incorporados em cartas de intenções internacionais, dos quais a mais usual é o tratado. A eficácia dos tratados envolvendo migração surge com o próprio Decreto Legislativo, porque

a Constituição dispensa a sanção do Presidente no art. 49, I. Supõe-se que o legislador esqueceu de inserir dispositivo prevendo que a publicação deveria ser feita pela própria Mesa do Congresso, e a práxis acabou suprimindo a omissão pela publicação via Executivo. Por suposto, não há qualquer “vontade conjugada” no plano interno de recepção de acordos internacionais em matéria migratória, equívoco consignado na ADIn 1.480/DF (PINTAL, 2020).

Atualmente, a reciprocidade entre Brasil e Portugal, no que tange à igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, é regulada pelo Decreto 3.927/2001, que promulgou o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre os referidos países, celebrado em Porto Seguro (BA), em 22.04.2000. Trata-se de acordo bilateral, portanto.

O Tráfico Humano é uma problemática complexa que abrange questões relacionadas a migrações internacionais e internas, centenas de pessoas são enganadas e submetidas a condições de trabalho forçado, mendicância, comércio de órgãos, exploração sexual, entre outros, devido esse fenômeno de tamanha gravidade. Em defesa dos direitos humanos, a segurança nacional luta constantemente contra o crime organizado, promovendo atendimento e proteção às vítimas desta forma hedionda de violação da dignidade dos seres humanos.

A Presidência da República, aprovou o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, em fevereiro de 2014; segundo o Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004.

3.2. Nacional

Com base nas suas soberanias, os Estados estabelecem os critérios de entrada e permanência de estrangeiros em seus territórios, contudo, não podem fazê-lo sem qualquer limitação. Acordos como os de reciprocidade e os de livre circulação com outros Estados devem ser respeitados. Para além disso, os deveres de hospitalidade e de solidariedade são alguns dos standards mínimos estabelecidos nos instrumentos internacionais de proteção dos direitos dos estrangeiros – a exemplo da Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção dos direitos dos Trabalhadores Migrantes e das suas Famílias – que devem ser observados pelos Estados, tanto na proibição ou permissão da entrada ou permanência do imigrante em seu território. Convém destacar que muitos países ainda não ratificaram a Convenção acima mencionada (GOMES, 2015).

A segurança nacional foi motivo para o surgimento da Lei 1.802/1953, dos Decretos-Leis 314/1967 e 898/1969, da Lei 6.620/1978 e da Lei 7.170/1983. O art. 2º do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) estruturou a doutrina em linha de princípio, vigendo sem qualquer controle de constitucionalidade até o advento da Lei Federal 13.445/2017, que o revogou integralmente, adotando nova perspectiva ideológica (PINTAL, 2020).

Como no Brasil a imigração, em números, por ora não é tão expressiva como a Estados Unidos, por exemplo, a questão não assumiu os mesmos contornos. Bem por isto, alguns aspectos realmente importantes de segurança da sociedade escaparam à legislação, como a hipótese de concentração massiva de estrangeiros não identificados junto à fronteira ou à costa marítima (PINTAL, 2020).

O Conselho Nacional do Imigrante criado pela Lei 6.815/80, cuja regulamentação se deu muito após, em 1993, com o Decreto 840, define a sua estrutura e, a Lei 10.683/03, descreve suas atribuições. Contando com uma estrutura inicialmente tripartite entre membros do Governo, Centrais Sindicais e Confederações de empregadores, o órgão é lotado junto ao Ministério do Trabalho, mas conta com a participação de nove outros ministérios, dentre os quais se destacam o do Trabalho, da Justiça e das Relações Exteriores. A gênese do Conselho Nacional de Imigração atenta para o fato de ter sido projetada pelo viés da segurança nacional, e, sobretudo, da proteção e reserva de mercado de trabalho à mão de obra nacional. Nesse sentido o art. 1º do Decreto 840/93, define, entre as suas competências, a formulação da política de imigração e o estabelecimento de normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional e captar recursos para setores específicos (REDIN; MINCHOLA, 2015).

Dessa forma, a natureza jurídica da concessão de visto dada pela Lei 6.815/80 reveste-se não somente de um caráter de ato vinculado, embora seja igualmente um ato discricionário, cuja tendência se justifica pelo espírito ditatorial presente na legislação que permanece até os dias de hoje, observada mais diretamente pela atribuição dada à Polícia Federal como gestora dos vistos e controle de migrantes. Outro problema recorrente nos procedimentos de concessão de visto, autorização de trabalho, transformação de tipo de visto e outros, é a falta de publicidade por parte do Poder Público em motivar suas decisões, especialmente quando tais pedidos forem negados, o que não só é uma obrigação do serviço prestado pela administração como também seria mais facilmente confrontado caso houvesse um real acesso dos imigrantes ao judiciário.

O termo residência, na Lei 6.815/1980, era empregado em três acepções distintas: “direito de fixação de domicílio” (art. 21, § 2º); “período de domicílio exercido” (arts. 37, § 1º e 113, parágrafo único); e “domicílio propriamente dito” (art. 74).

A Lei 13.445/2017 procurou relacionar o conceito à fixação de domicílio definitivo no Brasil, mas por certa incúria técnica acabou dispondo que a autorização de residência também poderá ser concedida ao estrangeiro fronteiriço e até mesmo àquele visitante, nas hipóteses elencadas nos incs. I, II e III, para além do imigrante propriamente dito.

Na verdade, o estrangeiro que pretende laborar ou estudar em município brasileiro de fronteira, retornando ao seu país ao final de expediente ou aula, pode obter uma autorização para a realização de atos da vida civil, podendo obter a carteira de trabalho (CTPS) numa das Delegacias Regionais, e a inscrição previdenciária no INSS, além do CPF (cadastro de pessoa física), este perante a Receita Federal, e até mesmo efetuar a matrícula em entidade brasileira de ensino. Mas tal autorização difere da autorização de residência propriamente dita, pois aquela circunscreve o direito ao labor no município fronteiriço citado, conforme se percebe dos arts. 92, IV e 94 do Regulamento. A autorização do fronteiriço tem prazo determinado de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período, findo o qual poderá valer por prazo indeterminado (art. 90, Regulamento). O art. 30 do Regulamento também deixa claro que o visto de visita poderá ser transformado em autorização de residência, portanto dela diferindo

3.3. Federal

No Brasil, o art. 52 do Decreto 86.715/1981 estabelecia impedimentos de entrada com base em estados de saúde, mesmo com o visto consular em ordem, para portadores de:

I – doença mental, de qualquer natureza e grau; II – doenças hereditárias ou familiares; III – doenças ou lesões que incapacitam definitivamente para o exercício da profissão a que se destina; IV – defeito físico, mutilação grave, doenças do sangue e dos aparelhos circulatório, respiratório, digestivo, geniturinário, locomotor e do sistema nervoso que acarretam incapacidade superior a 40%; V – Alcoolismo crônico e toxicomania; VI – neoplasia maligna; VII – invalidez; VIII – doenças transmissíveis: – tuberculose – hanseníase – tracoma – sífilis – leishmaniose – blastomicose – tripanosomíase – e outras, a critério da autoridade sanitária. (...) Art. 53. O impedimento por motivo de saúde será oposto ou suspenso pela autoridade de saúde. § 1º A autoridade de saúde comunicará ao Departamento de Polícia Federal a necessidade da entrada condicional do estrangeiro, titular de visto temporário ou permanente, no caso de documentação médica insuficiente ou quando julgar indicada a complementação de exames médicos para esclarecimento de diagnóstico. § 2º O estrangeiro, nos casos previstos no parágrafo anterior, não poderá deixar a localidade de entrada sem a complementação dos exames médicos a que estiver sujeito, cabendo ao Departamento de Polícia Federal reter o seu documento de viagem e fixar o local onde deva permanecer. § 3º A autoridade de saúde dará conhecimento de sua decisão, por escrito, ao Departamento de Polícia Federal, para as providências cabíveis (PINTAL, 2020, p. 58).

De fato, a disposição revogada seria inconstitucional, em cotejo com os princípios da livre circulação, dignidade da pessoa humana, intimidade e vida privada, pois somente doenças que apresentem sério risco epidêmico podem significar restrição de entrada. Há que se relevar o direito fundamental à saúde do estrangeiro e o livre exercício de profissionais com reconhecida excelência diagnóstica, já que muitos daqueles buscam tratamentos oferecidos no Brasil a custos mais acessíveis. É razoável que, havendo suspeita de contaminação que necessite controle epidêmico, transmissível pelo ar ou pelo contato com objetos, conforme alerta global emitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) ou pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o controle imigratório oriente o suposto portador a permanecer em observação,

até a conclusão de exames e de tratamento consentido, em sala de acomodação condigna, próxima ao local de desembarque, para evitar a circulação de vírus ou bactéria. O compartimento deve dispor de instalação confortável e proporcionar a livre comunicação com parentes e com o médico de confiança (PINTAL, 2020).

Cabe ao Ministério da Saúde, por meio da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras, examinar e fiscalizar as condições de saúde do estrangeiro candidato à entrada ou permanência no Brasil. O exame para a concessão de visto de entrada deverá ser efetuado por médico da confiança da repartição consular brasileira, sendo extensivo ao grupo familiar, ainda que somente o chefe de família seja candidato à imigração. A inabilitação de um componente do grupo familiar por qualquer restrição legal acarretará a rejeição de todo o grupo. Não se aplicam as restrições ao maior de sessenta anos de idade, dependente de imigrante qualificado, desde que sua condição não constitua risco para a saúde pública. No caso de interesse nacional, as restrições não constituirão motivo de impedimento à concessão do visto permanente ou temporário, desde que não haja risco à saúde pública.

O refúgio no Brasil é regido pela Lei 9.474 de 1997 que busca garantir o direito de proteção, assistência e integração dos solicitantes de refúgio e refugiados no país. Estabelecendo o procedimento para a determinação, cessação e perda da condição de refugiados, bem como seus direitos e deveres cidadãos. Os pedidos de refúgio no Brasil são analisados e decididos pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e composto por representantes do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Departamento de Polícia Federal e de organizações da sociedade civil, dedicadas a atividades de integração, assistência e proteção aos refugiados no Brasil.

O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é um órgão do Governo federal responsável por analisar e decidir todos os pedidos de refúgio no Brasil. Cabe ao CONARE, também, formular e coordenar políticas que esclareçam sobre o refúgio no país e fornecer medidas para uma proteção eficiente e apoio legal.

Localizado em Brasília, no Ministério da Justiça, onde um Ministro do Estado brasileiro é a autoridade que analisa e decide todos os recursos dos solicitantes de refúgio e também é responsável por temas relativos ao poder judiciário, segurança pública, nacionalidade, estrangeiros, populações indígenas, dentre outros temas.

A Polícia Federal é o órgão do governo encarregado de receber os pedidos de refúgio e fornecer documentos para os solicitantes e refugiados, informar o resultado dos pedidos aos solicitantes de refúgio e receber os recursos contra as negativas do CONARE. No site da Polícia Federal, o estrangeiro encontra uma aba exclusiva para retirada da documentação e esclarecimentos. O menu inclui tópicos como: permanência, cédula de identidade de estrangeiro, prorrogação de prazo de estada temporário, alteração de assentamento e averbação de nacionalidade, naturalização, refúgio, cartão de entrada e saída, tabela de vistos e legislação.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), conhecido como a Agência da ONU para Refugiados, tem o mandato de dirigir e coordenar a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas.

No Brasil, esta agência a implementação de todos os tratados internacionais de proteção a refugiados e prestam assessoria técnica aos órgãos do governo e sociedade civil. Com a missão de assegurar os direitos e o bem-estar dos refugiados, o ACNUR, em parceria com organizações da sociedade civil do Poder Público e do setor privado, oferece

proteção e assistência às pessoas sob o seu mandato de forma imparcial, com base nas suas necessidades e sem distinção de raça, sexo, religião ou opinião política.

3.4. Municipal

Decorrente da situação dos Venezuelanos em Cuiabá foi proposto um projeto de Lei nº. 714/2019, que institui a Política Estadual para a população migrante. O objetivo maior do projeto foi de possibilitar às famílias o acesso a direitos sociais bem como aos serviços públicos, e ainda promover ações de inclusão e respeito bem como a diversidade, visando também prevenir violações de direitos, combater a violência e promover a participação social e incrementar ações coordenadas com a sociedade civil.

4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

4.1. Centro de integração a pessoas em vulnerabilidade social.

Tal proposta apontou com uma solução inovadora para o reaproveitamento de áreas já existentes e criação de novos ambientes para um local inutilizado, localizado em Porto Alegre – Rio Grande do Sul. O local conta com uma área de 4.169 m² de edifício já existente que será incorporado o centro de integração, dando um novo visual mais moderno com utilização de aço e vidro (figura 3 e 4) ao espaço já que a concepção inicial do prédio é em Art Déco.

Figura 3: Fachada lateral.



Fonte: Dall'Alba, (2016).

Figura 4: Escadaria externa e praça.



Fonte: Dall'Alba, (2016).

O centro conta com 100 vagas de acomodação para imigrantes e refugiados, moradores de rua e vítimas de desastres, de acordo com o programa proposto, essas pessoas receberão acompanhamento, médico, jurídico, dentário e psicológico. Boa parte do prédio foi pensado para possuir muita iluminação natural, pois o sistema de vedação será feito através de estrutura de aço e vidro, contando também com ambientes e corredores amplos para a melhor circulação nos espaços assim como mostra nas figuras a seguir.

Figura 5: Circulação Interna.



Fonte: Dall'Alba, (2016).

Figura 6: Sala de Informática.



Fonte: Dall'Alba, (2016).

O local possui, também, salas para qualificação profissional com cursos do Senai, aulas de português e cursos supletivos. Além de apresentarem ambientes de lazer, e conveniência, contarão com salas multiuso e com acesso à internet. A proposta oferece um ambiente acolhedor com mecanismos que promovem a integração social.

4.2. CIC do Imigrante São Paulo

O projeto do CIC do Imigrante é resultado do convênio entre a Escola da Cidade, a Secretaria de Estado da Justiça e a Defesa da Cidadania de São Paulo, com apoio da Inditex e do Ministério Público do Trabalho de São Paulo. Localizado em Barra Funda, na cidade de São Paulo, o centro possui 1.580,0 m² e foi projetado pelo arquiteto Felipe Noto junto a sua equipe Maira Rios, Paulo Emilio Ferreira em parceria com Escola da Cidade e inaugurado no ano de 2014.

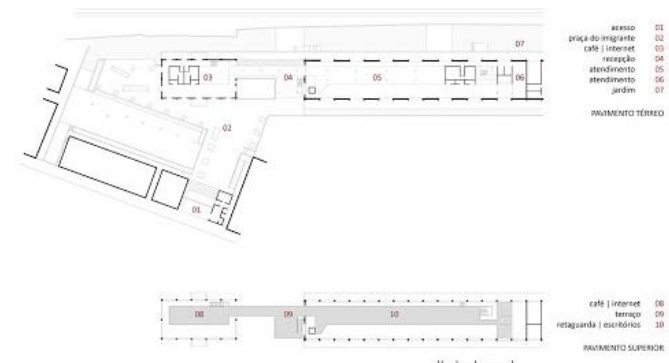
O local se dispõe em dois blocos, cada um contando com um tipo de serviço, sendo eles interligados por passarelas, tendo também uma grande praça por onde é feito o acesso a ambos os blocos como pode ser visto nas figuras 7 e 8.

Figura 7: CIC do Imigrante São Paulo.



Fonte: Farias (2020).

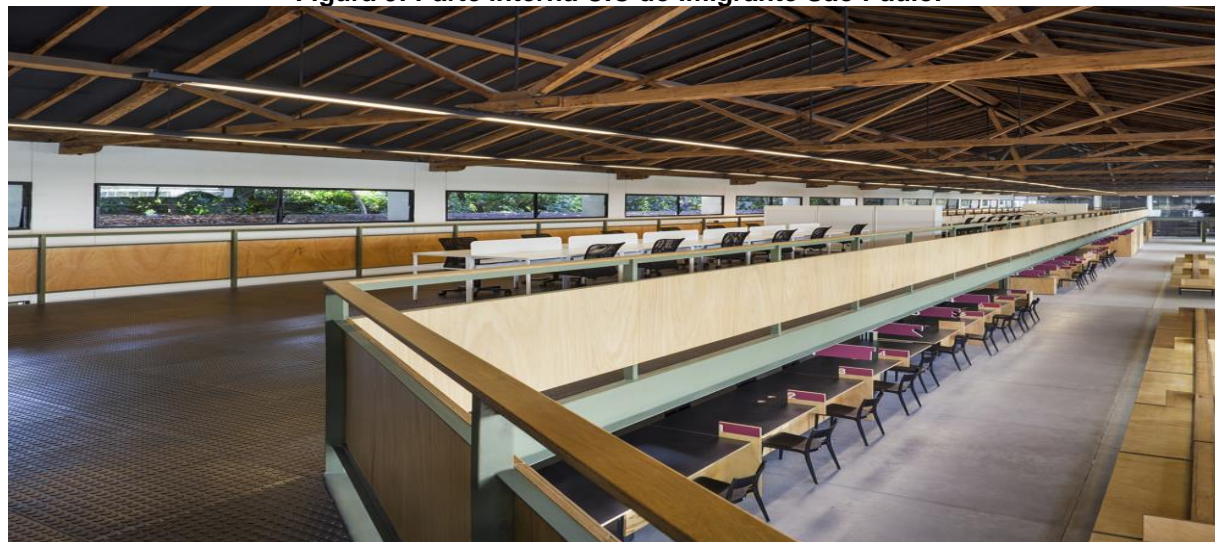
Figura 8: Planta baixa do CIC do Imigrante São Paulo.



Fonte: Farias (2020).

Organiza-se como um local de boas vindas e acolhimento, onde o imigrante tem ao seu dispor uma série de serviços em diferentes áreas como a Defensoria Pública da União, Defensoria Pública Estadual, Cursos de Idiomas e Posto de Atendimento ao Trabalhador.

Figura 9: Parte interna CIC do Imigrante São Paulo.

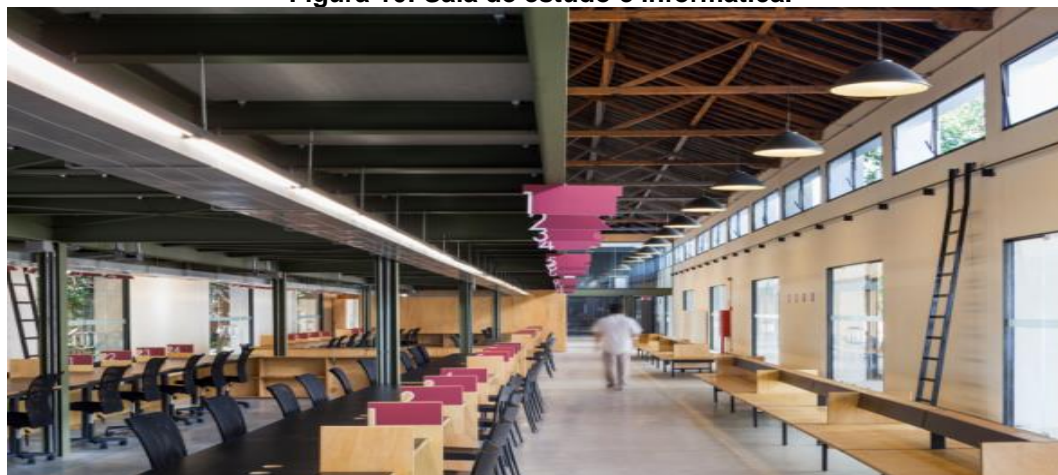


Fonte: Farias (2020)

O CIC do Imigrante é um projeto pioneiro que busca o enfrentamento do tráfico de pessoas, combate ao trabalho escravo e fornece atendimento e informação aos imigrantes e refugiados. O local promove curso de português somente aos imigrantes e inglês, francês e espanhol abertos ao público em geral.

Quanto ao projeto arquitetônico, o desenho apresenta uma praça de recepção entorno dos dois edifícios, adequada para as frequentes festas, assembleias e reuniões de entidades organizadas de imigrantes e de suas redes de apoio.

Figura 10: Sala de estudo e informática.



Fonte: Farias (2020)

O antigo edifício de operações da ferrovia abriga um café e os programas estaduais de acesso à internet e recreação infantil. Toda a cobertura foi refeita, e revisando todo o sistema de abertura de acesso, ventilação e iluminação. O galpão linear é a segunda edificação, onde se concentra o setor de atendimento a ser operado pela Polícia Federal.

4.3. Complexo de apoio e acolhida para refugiados da Venezuela

As autoridades brasileiras estimam que cerca de 224.000 venezuelanos vivem atualmente no país. Uma média de 500 venezuelanos entrava no Brasil todos os dias em dezembro de 2019, principalmente no norte de Roraima. O ACNUR, Agência das Nações Unidas para os Refugiados, elogiou a decisão do Brasil de reconhecer milhares de requerentes de asilo venezuelanos como refugiados. A partir de dezembro de 2019, os pedidos de asilo de venezuelanos que atenderem aos critérios necessários no Brasil serão processados por meio de um procedimento mais rápido, sem a necessidade de entrevista. Essa medida constitui um marco na proteção de refugiados na região e segue uma decisão do CONARE que, em junho deste ano reconheceu que a situação na Venezuela representava violações graves e generalizadas dos direitos humanos, conforme descrito na Declaração de Cartagena de 1984 sobre os refugiados

Localizado em Boa vista, Roraima, e com uma área de 170 mil m², o complexo foi criado como medida exclusiva e temporária. No projeto estão inclusos a criação de módulos emergenciais, estes serão construídos de forma mais célere, tendo um custo não muito elevado, e ainda garantirá o conforto dos usuários no decorrer do período em que lá permanecerem. Outro ponto que se pode destacar é que esses módulos são edificados com materiais da região, como a madeira, e ainda materiais industrializados, como o aço galvanizado. Está proposto ainda a criação de um pavilhão que servirá de apoio aos imigrantes. Nesse pavilhão são fornecidos alguns serviços básicos, como saúde, educação e lazer (FUZO, 2019).

Figura 11: Perspectiva do Complexo de apoio e acolhida para refugiados da Venezuela.

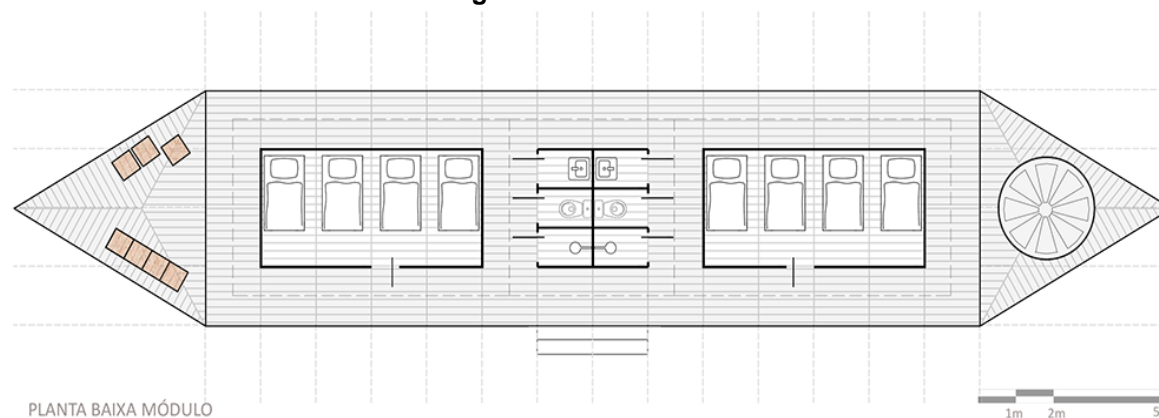


Fonte: Fuzo (2019).

Ao constituir um espaço com essa natureza, é relevante colocar que a arquitetura passa a ter uma ênfase maior do que tão somente a satisfação de exigências funcionais de um programa, e apresente princípios que incentivem a integração

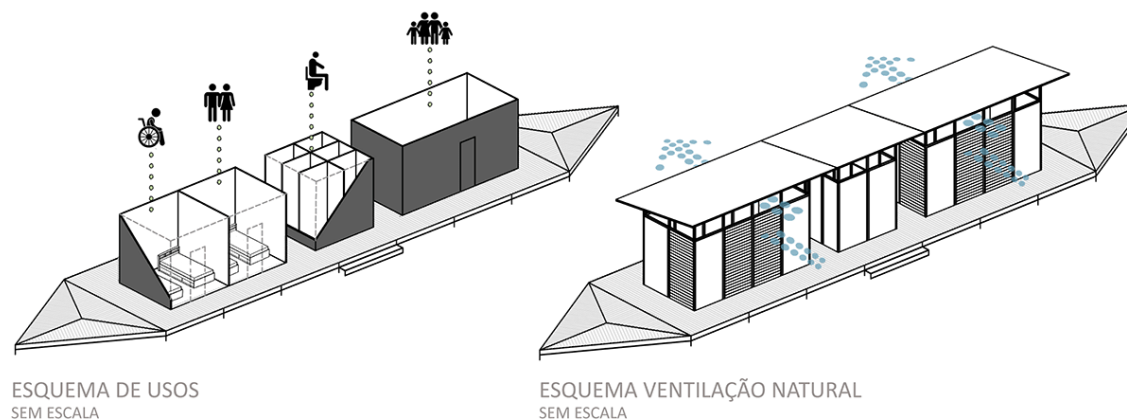
entre os indivíduos de uma comunidade, demanda um desenho, implantação e programa que respondam esses princípios e que essas relações aconteçam de forma natural.

Figura 12: Planta baixa.



Fonte: Fuzo (2019)

Modulados apresentando medidas de tã somente 1.20 x 1.20 metros, tem o objetivo tã somente de servir como dormitório para os refugiados, estimulando as relações comunitárias no decorrer do dia. Cada módulo foi dividido em duas unidades visando atender quatro pessoas em cada, ao implantar um módulo sanitário ao centro, permitindo um uso independente de cada espaço.

Figura 13: Esquemas de uso.**Fonte: Fuzo (2019)**

4.4. Centre Humanitaire Paris-Nord

O centro de recepção humanitária para migrantes e refugiados localizado em Paris, na França, surgiu devido à crise migratória extrema, e da necessidade da criação de um local para recepção transitória de refugiados. Administrado pela associação humanitária Emmaüs, tem capacidade para receber até 400 pessoas; inicialmente é destinado somente a homens e acolherá, por dia, de 50 a 80 pessoas. Superfície: 4.534 m².

Instalado em uma antiga estação ferroviária ao norte da cidade, oferece auxílio psicológico, assistência jurídica, exames médicos e informações sobre procedimentos necessários para se obter asilo na França. A ideia da associação foi criar um local onde cada migrante pudesse ser recebido de forma digna e humana.

É um projeto temporário com qualidades arquitetônicas incomparáveis. Hans Walter Müller projetou a área de recepção de acordo com os princípios da arquitetura inflável, sendo completamente removíveis e reutilizáveis.

Figura 14: Recepção e primeiro atendimento.



Fonte: Darrieus (2017).

Os espaços projetados pelo arquiteto Julien Beller em colaboração com o engenheiro e arquiteto Hans-Walter Müller, são compostos por três estruturas distintas, incluindo um centro de recepção, um centro de saúde, localizado em módulos temporários e uma área de alojamento em uma antiga sala de logística, agora equipada com salas, refeitórios e áreas de relaxamento.

Figura 15: Quartos no Centre Humanitaire Paris-Nord.



Fonte: Darrieus (2017).

4.5. Capslo Homeless Center – São Luis Obispo

O Centro é localizado em San Louis, Estados Unidos, com área edificada de 26.000 pés quadrados (7924,8 m²) e área livre de 26.000 pés quadrados (7924,8 m²), conta espaços que variam de salas comunitárias, áreas de serviços de uso diário, espaços empresariais de cozinha e comunidade, escritórios, áreas médicas e de saúde mental e dormitórios.

Figura 16: Perspectiva do externo do Centro CAPSLO.



Fonte: Ogg (2014).

O Centro conta com uma variedade de espaços, incluindo salas comunitárias, áreas de serviço de uso diurno, espaços empresariais de cozinha e comunidade, escritórios, áreas de serviços médicos e saúde mental e dormitórios. A instalação tem 200 camas que abrigam homens, mulheres solteiras e famílias.

Figura 17: Planta térreo do CAPSLO.



Fonte: Ogg (2014).

O design geral é estruturado em torno de uma coluna central que orienta a organização da programação e distribuição de serviços de acordo com as direções principais.

Figura 18: Estacionamento do CAPSLO.



Fonte: Ogg (2014).

Figura 19: Perspectiva fachada principal do Centro CAPSLO.



Fonte: Ogg (2014).

O lado oeste é dominado por espaços públicos de programas e uma forte conexão com o exterior, enquanto o lado oriental do edifício tem menos acesso aberto. O design aproveita com eficiência a capacidade da equipe de monitorar o

ambiente de forma eficaz. No primeiro andar, tem-se mais espaços para usos públicos, como salas comunitárias e áreas de serviço, e espaços que dão a áreas mais privadas e seguras, como atendimento médico e escritórios interinstitucionais.

4.6. The Bridge Homeless Assistance Center

O Centro de Assistência para pessoas desabrigadas da Bridge, no centro de Dallas, com área 75.000 m², ano de 2010, não é mais considerado apenas o suporte padrão para o projeto de centros para pessoas sem-teto nos Estados Unidos, mas agora é o modelo mundial para o projeto de centros de pessoas em vulnerabilidade, desde que ganhou o prêmio de “Melhor conjunto Arquitetônico” no *International Rebranding Homelessness Competition*, organizado pela Fundação de Liderança Tshwane da África do Sul.

Figura 20: Perspectiva The Bridge Homeless Assistance Center.



Fonte: Ogg (2014).

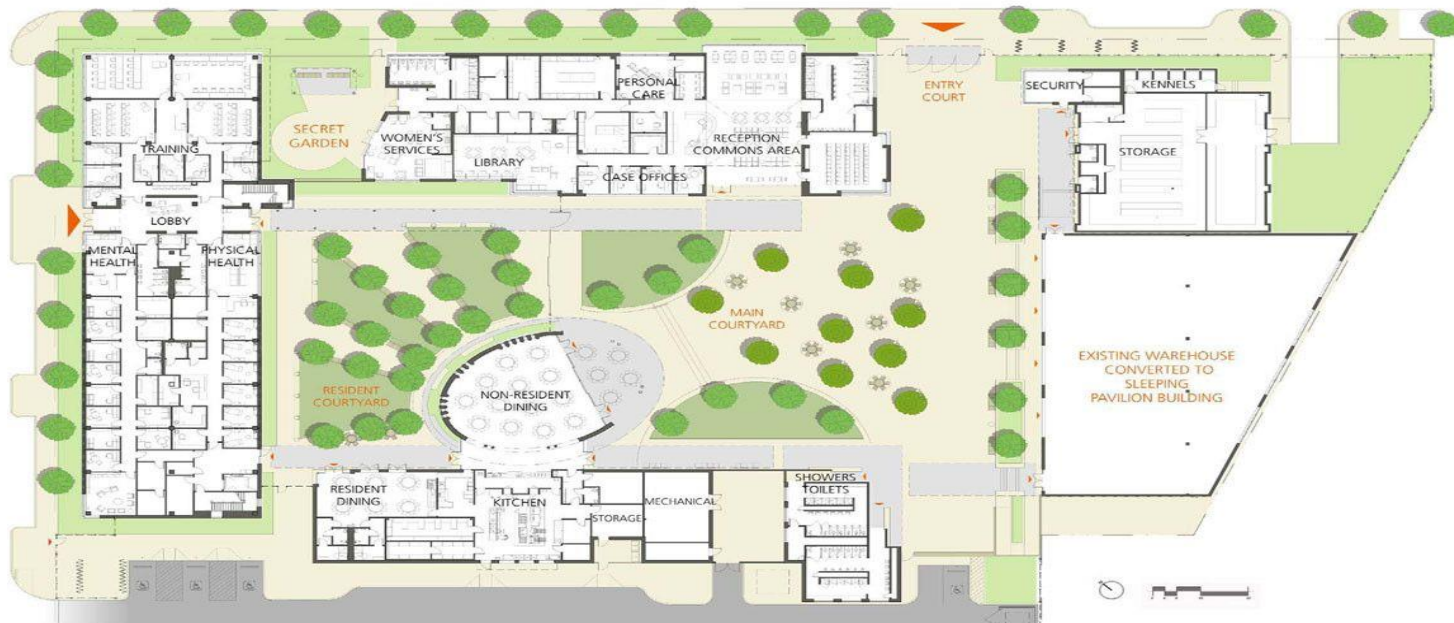
Figura 21: Parte de assistência do Homeless Assistance Center.



Fonte: Ogg (2014).

Concluído em maio de 2008 e situado em um local de 3,41 acres desenvolvido anteriormente no distrito comercial central de Dallas, o The Bridge oferece um amplo espectro de cuidados, incluindo moradia, atendimento emergencial e de transição para mais de 6.000 pessoas que sofrem com falta de moradia a longo prazo.

Figura 22: Planta do Perspectiva The Bridge Homeless Assistance Center.



First Floor Plan

Fonte: Ogg (2014).

Composta por cinco prédios que formam um pátio central no campus, além de envolver a comunidade ao redor, o The Bridge incorpora um prédio de serviços de três andares, um prédio de um andar de boas-vindas, um prédio que serve para armazenamento, um pavilhão que fica ao ar livre e um o restaurante, servindo como ponto principal voltado para o pátio interno do campus e também como um ímã de comida, proporcionando aos assistentes sociais a oportunidade de se conectar com os desabrigados.

4.7. Análise das referências

O Centro de integração a pessoas em vulnerabilidade social, localizado em Porto Alegre – Rio Grande do Sul, conta com 100 vagas de acomodação para imigrantes e refugiados, moradores de rua e vítimas de desastres. O local possui, também, salas para qualificação profissional, com cursos do Senai, aulas de português e cursos supletivo. Além de apresentarem ambientes de lazer, convivência, salas multiuso e com acesso à internet.

O CIC do Imigrante São Paulo, e inaugurado no ano de 2014, possui 1.580,0 m² e foi projetado pelo arquiteto Felipe Noto, junto a sua equipe Maira Rios, Paulo Emilio Ferreira, em parceria com Escola da Cidade. Contém cursos de Idiomas e Posto de Atendimento ao Trabalhador. É um projeto pioneiro que busca o enfrentamento do tráfico de pessoas, combate ao trabalho escravo e fornece atendimento e informações aos imigrantes e refugiados.

O Centre Humanitaire Paris-Nord, tem capacidade para receber até 400 pessoas, inicialmente é destinado somente a homens e acolherá, por dia, de 50 a 80 pessoas. É um projeto temporário com qualidades arquitetônicas incomparáveis. Hans Walter Müller projetou a área de recepção de acordo com os princípios da arquitetura inflável, sendo completamente removíveis e reutilizáveis. São compostos por três estruturas distintas, incluindo um centro de recepção, um centro de saúde, localizado em módulos temporários e uma área de alojamento equipada com salas, refeitórios e áreas de relaxamento.

Capslo Homeless Center – localizado em São Louis Obispo, Estados Unidos, conta espaços que variam de salas comunitárias, áreas de serviços de uso diário. A instalação tem 200 camas que abrigam homens e mulheres solteiros e famílias. O design aproveita com eficiência a capacidade da equipe de monitorar o ambiente de forma eficaz. No primeiro andar, tem-se mais espaços usos públicos, como salas comunitárias e áreas de serviço, e espaços que dão a áreas mais privadas e seguras, como atendimento médico e escritórios interinstitucionais.

O Centro de Assistência para pessoas desabrigadas da Bridge, no centro de Dallas, concluído em maio de 2008 e situado em um local de 3,41 acres desenvolvido anteriormente no distrito comercial central de Dallas, o The Bridge oferece um amplo espectro de cuidados, incluindo moradia, atendimento emergencial e de transição para mais de 6.000 pessoas em Dallas que sofrem com falta de moradia a longo prazo.

O complexo de apoio e acolhida para refugiados da Venezuela, localizado em Boa vista, Roraima, foi criado como medida exclusiva e temporária. É uma montagem com modulados medindo 1,20 X 1, 20m cujo objetivo é apenas servir de dormitório para os refugiados, estimulando as relações comunitárias no decorrer do dia. Cada módulo foi dividido em duas

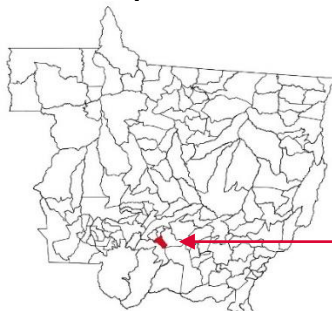
unidades visando atender quatro pessoas em cada, O módulo sanitário ao centro permite o um uso independente de cada espaço.

5. CONDICIONANTES DE PROJETOS

5.1. Aspectos Urbanos

Nesse tópico será abordado os dados sobre a localização e características em relação a área da proposta tais como: uso do solo, sistema viário, infraestrutura e legislação pertinente.

O terreno possui 20.090,889 metros quadrados e se situa no município de Cuiabá- MT, no bairro Coxipó, distante do centro de Cuiabá aproximadamente 7 km. O terreno fica localizado em uma região que possui um rápido fluxo para as regiões das proximidades, sendo assim possibilitando o acesso do público ao local.

Figura 23: Mapa de Mato Grosso.

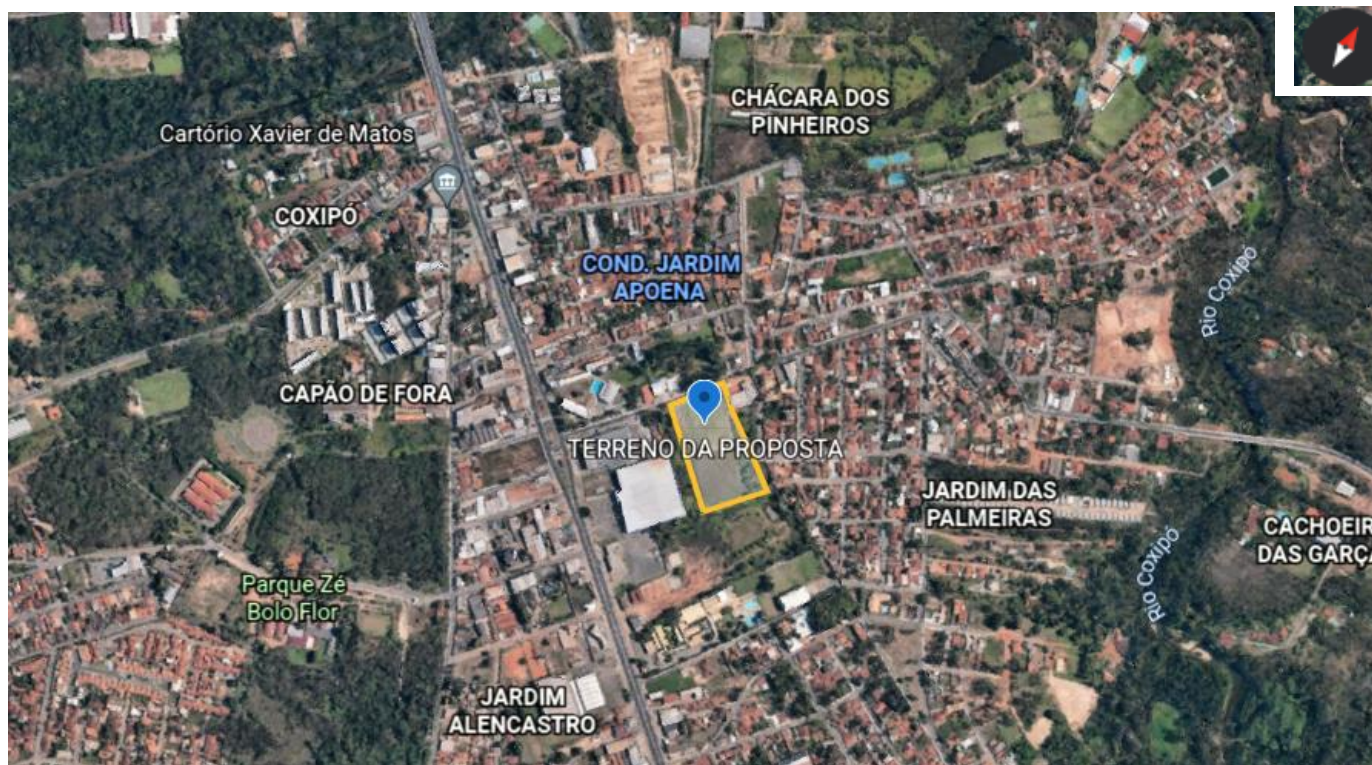
Fonte: Google, adaptado pelo autor, 2021.

Figura 24: Mapa do Brasil.

Fonte: Google, adaptado pelo autor, 2021.

O terreno está localizado em frente aos correios do Coxipó, na Rua Pau Brasil, que faz ligação com a Avenida Fernando Corrêa da Costa, com bairros adensados ao entorno e áreas comerciais, com bastante áreas verdes no entorno próximo como demonstra a figura 25.

Figura 25: Demarcação do terreno utilizado na proposta.



Fonte: Google Earth, elaborado pelo autor, 2021.

5.1.1. Legislação Uso e Ocupação do Solo.

A área da proposta tem como características um terreno amplo com apenas algumas árvores ao fundo, dispondo de um acesso de forma rápida tanto para a área central de Cuiabá, como também um acesso rápido ao município vizinho Várzea Grande. Em seu entorno localizam grandes empreendimentos e também uma área residencial, igrejas, escolas, e comércios locais.

De acordo com a LEI **COMPLEMENTAR Nº 389 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015**, que desenvolve sobre as zonas, uso e ocupação do solo e outras diretrizes pertinentes a Cuiabá, o empreendimento fica localizado na Zona de Uso Múltiplo no qual se caracteriza pela integração de vários usos e atividades, uma vez que sejam adequadas para com a vizinhança ali estabelecida. Portanto é determinado em lei os seguintes parâmetros:

Figura 26: Quadro de índices urbanísticos de Cuiabá.

ÍNDICES URBANÍSTICOS								
Zonas Urbanas	Coefficiente de Ocupação (CO)	Cobertura vegetal paisagística (CVP)	Cobertura Vegetal Arbórea (CVA)	Coefficiente de Permeabilidade (CP) [1]	Potencial Construtivo (PC)	Limite de Adensamento (LA)	Potencial Construtivo Excedente (PCE)	Gabarito de Altura
ZUM	0,50	0,20	0,05	0,25	1,00	3,00	2,00	-

Fonte: LEI **COMPLEMENTAR Nº 389 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015**, Art. 146.

O terreno localizado na Rua Pau Brasil, que faz ligação com a Av. Fernando Corrêa da Costa, sendo uma área bastante adensada e com uma localização de fácil e rápido acesso. Por esse motivo, a área se caracteriza por uma região desenvolvida e com uma grande quantidade de comércios de grande porte e comércios locais, residenciais e uma ampla variedade de equipamentos urbanos.

Figura 27: Mapa análise do entorno.



Fonte: Google Earth, elaborado pelo próprio autor, 2021.

Figura 28: legenda da imagem 26.

- ÁREA PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL
- CORREIOS
- ESCOLA
- ÁREA COMERCIAL
- PARQUE ZÉ BOLO FLOR
- HORTO FLORESTAL
- ➔ AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA SENTIDO CUIABÁ
- ➔ AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA SENTIDO DISTRITO INDUSTRIAL
- ➔ AV. BEIRA RIO SENTIDO CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE

Fonte: elaborado pelo próprio autor, 2021.

5.1.2. Sistema viário

O município de Cuiabá possui um sistema viário contendo vias: estruturais, principais, coletoras, vias verdes e locais, sendo a Rua Pau Brasil coletora com PGM de 18 metros, que é a única via de acesso ao terreno, tendo ligação rápida com a Av. Fernando Corrêa da Costa (em vermelho contínuo na figura) que é uma via estrutural com PGM de 30 metros e atravessa um grande perímetro urbano, interligando vários outros bairros.

A Rua Pau Brasil (em amarelo contínuo na figura) é uma das principais vias de distribuição dos acessos aos bairros cachara dos pinheiros, jardim das palmeiras, Jordão, Cachoeira das Graças, sendo uma via coletora ao seu entorno por se tratar de uma área residencial as vias são predominantemente locais (em cinza claro na figura).

As vias da região todas contam com pavimentação, apesar de ser uma via de distribuição de fluxo não apresenta um intenso fluxo de trânsito, sendo assim uma forma rápida de chegar aos bairros ou sair deles. Para acesso ao local pode se contar também com transporte público, com linha municipal que possui pontos nas proximidades.

Figura 29: Sistema Viário



Fonte: Mapa de hierarquia viária e vias verdes, 2021.

5.1.3. Infraestrutura

O local do terreno localiza-se numa zona urbana, conta com uma infraestrutura integral, pois contém:

- Energia elétrica: A cidade é abastecida pela companhia elétrica da Energisa, possuindo poste na via pública com energia ligada na rede.
- Água e Esgoto: O município é provido pela companhia Águas Cuiabá, que fornece o saneamento básico para a região, favorecendo também a área do terreno.
- Coleta de lixo: O município conta com coleta realizada por colaboradores da Prefeitura de Cuiabá, a prefeitura disponibiliza a escala de horários de coleta no site, que varia de acordo com a região, sendo feita a coleta no bairro 3 vezes por semana.
- Transporte público: O município de Cuiabá possui mais de uma empresa que presta serviço de transporte público. Na região onde está localizado o terreno conta com várias linhas de ônibus que passam na sua grande maioria na Av. Fernando Corrêa da Costa e algumas que entram nos bairros ali próximo, devido a grande demanda de ônibus que circula na região é possível chegar com facilidade ao local.

5.2. Aspectos Arquitetônicos e Urbanísticos

5.2.1. Topografia

O terreno da proposta não terá nenhum tipo de nivelamento, pois ele não possui desnível, sendo uma área plana em sua totalidade, sendo ele no nível 159. O terreno hoje em dia possui um campo de futebol.

Figura 30: vista do terreno.



Fonte: Google Earth, elaborado pelo autor, 2021.

5.2.2. Clima

A região de estudo fica a oeste na cidade de Cuiabá, num clima tropical com ventos dominantes a noroeste, o clima predominantemente seco e com temperaturas que podem passar os 40° no verão e no inverno a temperatura chega a cair

para 14° aproximadamente, e no outono e primavera a temperatura costuma ser moderada. O sol nasce aos fundos em diagonal do terreno e se põe a sua frente em diagonal, tendo os ventos dominantes vindo pela sua frente.

Figura 31: estudo de insolação e ventos dominantes.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A região por ter um clima seco e quente por mais de 200 dias do ano é de suma importância considerar maneiras de trazer algum conforto térmico para o projeto que amenize o calor nos dias quentes, mas que não se torne um desconforto nos dias em que a temperatura estiver baixa.

Figura 32: Condições de conforto da região.
CONDIÇÕES DE CONFORTO

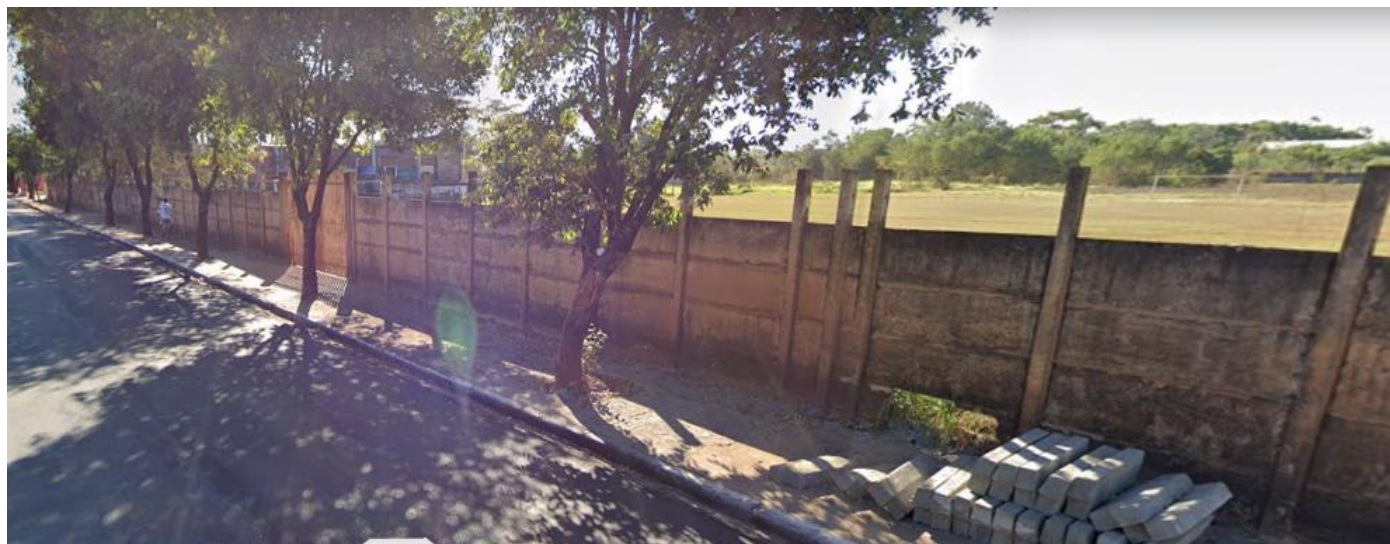


Fonte: <<http://projeteee.mma.gov.br/estrategias-bioclimaticas/>>, acessado 25/04/2021.

5.2.3. Aspectos Ambientais e Paisagísticos

O terreno não possui na maior parte de sua área vegetação de médio a grande porte, apenas grama e devido a isso será necessário a arborização em alguns pontos para melhor sombreamento em determinadas áreas. Também devido à falta de grandes vegetações e construções que possa criar grandes barreiras tanto para iluminação quanto pra ventilação, sendo assim algo favorável do terreno.

Figura 33: Imagem do local.



Fonte: Google Earth, elaborado pelo autor, 2021.

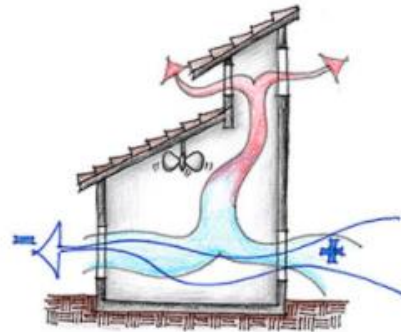
5.3. Estratégias Bioclimáticas e Sustentáveis

5.3.1. Ventilação cruzada

A ventilação cruzada se caracteriza por uma forma de resfriamento e circulação de ar pelo ambiente através da disposição de diferentes aberturas pelas fachadas opostas do edifício, sendo assim gerando uma constante renovação de ar no ambiente. Vale salientar que para maior eficácia da renovação de ar, deve-se considerar o tamanho das aberturas, ou até

mesmo dos elementos utilizados tais como o cobogó, brises e elementos vazados em áreas internas que também contribuem para a melhor circulação do ar.

Figura 34: figura ilustrando a ventilação cruzada.



VENTILAÇÃO
NATURAL

Fonte: projeteee.mma.gov.br, 2021.

5.3.2. Drywall

O sistema de construção drywall se caracteriza por uma construção “seca”, pelo baixo ou até mesmo inexistente consumo de água para sua confecção. Em obras com sistema drywall o desperdício de material é muito menor que em uma obra de alvenaria comum, o tempo de construção é reduzido, a manutenção do local é mais fácil e ágil. Construções com drywall tem maior facilidade de modificações de layout. Esse tipo de levantamento possibilita a utilização de isolamento termoacústicos e podem ser utilizados em áreas úmidas.

Figura 35: Sistema de vedação drywall.



Fonte: aecweb.com.br, 2021.

5.3.3. Pavimento permeável.

Utilização de pavimentação permeável feitos de concreto que possuem um espaçamento entre o material granular, fazendo assim com que a água infiltrar no solo ou ser despejada até um sistema de drenagem para tratamento ou reutilização em irrigações. Esse tipo de pavimentação traz como benefícios a maior vazão da água para o lençol freático, podendo evitar acúmulo e consequentemente os riscos de enchentes.

Figura 36: Bloco de pavimentação de pneu reciclado.



Fonte: seeik.com.br, 2021.

6. PROPOSTA PROJETUAL

6.1. Conceito

A ideia do projeto se concebeu da grande quantidade de imigrantes que estão em situação de desabrigo e precisando que instrução seja ela com o idioma, curso profissionalizantes para serem inseridos no mercado de trabalho e poderem conquistar seu espaço, ainda assim podendo estar em um local seguro, onde mães/pais com seus filhos possam estar próximas sendo amparados juridicamente e profissionalmente.

6.2. Diretrizes projetuais.

- Criar espaços que não necessitem de ventilação forçada, utilizando de aberturas e recortes em determinados pontos para circulação do ar;
- Projetar edifícios robustos, mas que consiga trazer conforto e versatilidade para o usuário;
- Confeccionar espaços que contemplem todo o terreno;
- Utilização de matérias que tenham o menor impacto ambiental;
- Utilização de pilotis para melhor circulação na área administrativa;

6.3. Programa de necessidades

A disposição dos ambientes foi distribuída em setores (administrativo, apoio social, escolar, habitações, capela e área de convívio) sendo colocada a finalidade de cada sala, a área por ambiente e o total.

Conforme a tabela, os setores são divididos conforme o uso, na área de ADM fica a parte de triagem e informação dos serviços, no apoio social fica disposto a parte de atendimento individual, jurídico e psicológico, no escolar são onde são ministrados os cursos e a área de vendas dos produtos produzidos, a área de habitações e convívio são onde ficam os dormitórios e também onde são feitas as refeições e também onde fica as lavanderias.

Tabela 1: Programa de necessidades.

PROGRAMA DE NECESSIDADES				
ADM				
	FINALIDADE	QUANT. DE AMBIENTES	ÁREA DO AMB.	ÁREA TOTAL
RECEPÇÃO	RECEPCIONAR E DIRECIONAR AS DEMAIS ÁREAS	1	26,33	26,33
ÁREA DE ESPERA	ESPERA	1	137,51	137,51
TRIAGEM	VERIFICAÇÃO PARA ATENDIMENTO	2	35	70
ATEND. INDIVIDUAL		6	10	60
BANHEIRO FEM.	*	1	13,61	13,61
BANHEIRO MASC.	*	1	13,44	13,44
BANHEIRO PCD FEM.	*	1	5,78	5,78
BANHEIRO PCD MASC.	*	1	5,78	5,78

ÁREA TOTAL=				332,45
ÁREA DE APOIO SOCIAL				
RECEPÇÃO	RECEPCIONAR E DIRECIONAR AS DEMAIS ÁREAS	1	12,46	12,46
SALA DE PSICOLOGO	ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	2	22,31	44,62
SALA JURIDICO	ATENDIMENTO JURIDICO	2	21,53	43,06
SALA DE ATENDIMENTO COLETIVO	ATENDIMENTO E INSTRUÇÕES COLETIVAS	1	47,53	47,53
SALA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL	ATENDIMENTO E INSTRUÇÃO INDIV.	4	8,46	33,84
COPA	REFEIÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS	1	18,98	18,98
BANHEIRO FEM.	*	1	9,48	9,48
BANHEIRO MASC.	*	1	9,48	9,48
BANHEIRO PCD FEM.	*	1	5,5	5,5
BANHEIRO PCD MASC.	*	1	5,5	5,5
ALMOXARIFADO	ARMAZENAGEM E INVENTÁRIO DE ARQUIVOS	1	4,8	4,8
DML	DEPÓSITO DE MATERIAIS	1	4,8	4,8
ÁREA TOTAL=				240,05
ESCOLAR				
SALAS DE IDIOMA	ESTUDO DE IDIOMAS	3	64,8	194,4
SALAS DE CONFEITARIA	ENSINO DE CONFECCOES DE ALIMENTOS	1	64,8	64,8
SALA DE ARTESANATOS	ENSINO E CONFECCÕES DE ARTESANATOS	1	64,8	64,8
SALA DE COSTURA	ENSINO DE COSTURA E REPAROS TEXTIL	1	64,8	64,8

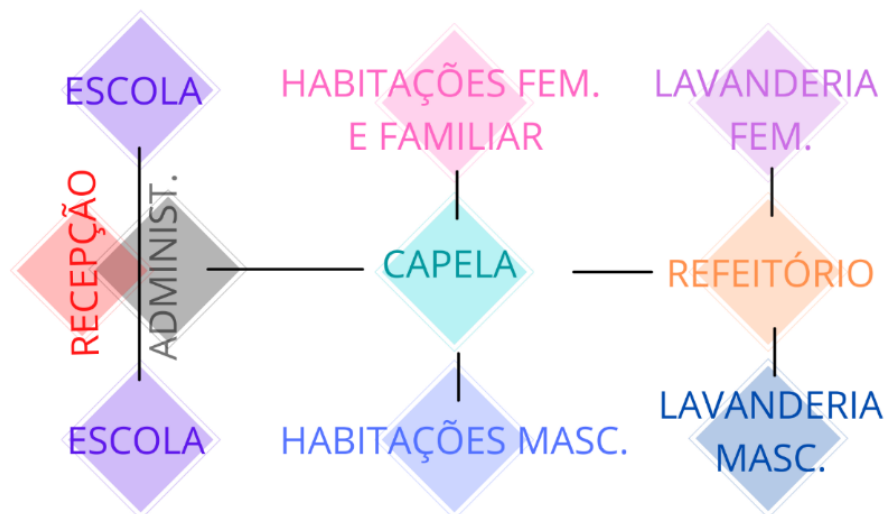
SALA DE CONSTRUÇÃO CIVIL	APRENDIZAGEM DE TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	1	128,6	128,6
VENDAS DOCES	VENDAS DOS DOCES PRODUZIDOS	1	46,62	46,62
VENDAS ARTESANATOS	VENDAS DOS ARTESANATOS PRODUZIDOS	1	46,62	46,62
ÁREA TOTAL=				610,64
ÁREA DE CONVÍVIO				
LAVANDERIA	LIMPEZA DE ROUPAS E AFIN	2	59,05	118,10
COZINHA/ REFEITÓRIO	PREPARO E CONSUMO DE ALIMENTOS	1	390,88	390,88
CAPELA	IRMESÃO RELIGIOSA	1	58,21	58,21
ACADEMIA AO AR LIVRE	PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS	1	254,60	254,60
PLAYGROUND	BRINQUEDOS INFANTIS	1	414,08	414,08
HORTA COMUNITÁRIA	PLANTIO DE HORTALIÇAS	1	205,02	205,02
ÁREA TOTAL=				1440,89
ALOJAMENTOS				
BLOCO DE MULHERES E FAMILIAR	QUARTOS PARA 4 PESSOAS	1	421,38	421,38
BLOCO DE HOMENS E FAMILIAR	QUARTOS PARA 4 PESSOAS	1	421,38	421,38
ÁREA TOTAL =				842,76
ÁREA TOTAL				3.466,79

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

6.4. Fluxograma

Nesse tópico foi elaborado a disposição de cada ambiente e como o público transitará no local, contendo os setores e jardins.

Figura 37: Fluxograma do crematório.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

7. PARTIDO ARQUITETÔNICO

O projeto foi elaborado pensando na melhor disposição dos blocos no terreno, pensando na privacidade dos alojamentos, na melhor acessibilidade da escola e administração e o melhor acesso dos usuários ao refeitório e lavanderia. Diante disso a edificação principal com o acesso ao público se divide em 3 blocos interligados por largos corredores que a partir da área administrativa/ jurídica se liguem aos blocos da escola e cursos sendo esses com acesso ao jardim na parte posterior do bloco. Os blocos escolares contêm salas espaçosas e com possibilidades de ampliação já que as paredes internas são de drywall.

Os blocos de habitações são divididos entre blocos femininos e masculinos contendo uma parte destinada a família em cada bloco, eles contêm quartos para comportar até 4 pessoas. A edificação foi projetada pensando principalmente em trazer conforto os usuários, possuindo ventilação cruzada e as aberturas possibilitando também a entrada de luz natural aos ambientes. Nas fachadas laterais foi feito uma abertura vertical onde possibilita a visão do entorno.

Ao centro do pátio dos blocos de habitações fica a capela, circundada por um espelho d'água se tornando um local intimista para melhor imersão a qualquer religião praticada pelo usuário.

Aos fundos do terreno ficam localizados os lavatórios e o refeitório, sendo os lavatórios separado em feminino e masculino sendo próximos de cada bloco equivalente. O refeitório conta com uma cozinha ampla e completa, uma grande área com mesas e cadeiras para ser realizadas as refeições e banheiros próximos. O espaço possui a fachada posterior brises para melhor circulação de ar no ambiente, sendo assim tendo a visão de uma horta aos fundos.

8. PROPOSTA FINAL

A proposta de projeto está situada na região do Coxipó, com 20.090,889 m², tendo acesso pela Rua Pau Brasil, tendo como ideia principal propor um centro de apoio para os imigrantes, que a partir do tema que se fez presente atender a necessidade proporcionar a integração dos imigrantes a mais agradável e tranquila o possível para os que o atualizarão. Com isso a forma volumétrica apresentada no projeto em forma de “U” no bloco principal onde ficam a administração na parte central e escola nas laterais, que simboliza acolhimento, que o espaço está de “braços aberto” para receber e atender aos que chegarem, diante disso os demais blocos que circundam o terreno deixando no seu centro uma praça com uma capela onde traz novamente uma sensação de conforto, aconchego, proteção e segurança.

Todo o projeto foi elaborado de forma que otimize a utilização da iluminação natural, ventilação entre outros componentes advindos da reutilização de materiais. Com isso obter eficiência energética conforto térmico e sustentabilidade, assim como o jardim que integrado com o espelho d’água proporciona maior conforto térmico além de deixar o ambiente mais convidativo.

O complexo de blocos foi projetado de forma que atenda necessidades básicas dos imigrantes que o centro atendera, contando com salas de aula e cursos, espaço infantil, dormitórios, lavanderias, refeitórios espaço para exercícios, locais para lazer e uma capela, tudo pensado de forma que a adaptação seja a mais fácil possível.

8.1. Implantação

A implantação foi pensada para que o usuário se sinta acolhido e protegido desde sua chegada, contando com áreas para crianças e espaços profissionalizantes, o ambiente conta também com áreas de acompanhamento individual, área para refeições e uma horta comunitária, lavanderia, área para prática de exercícios físicos e uma capela para prática religiosa.

Figura 38: Implantação.

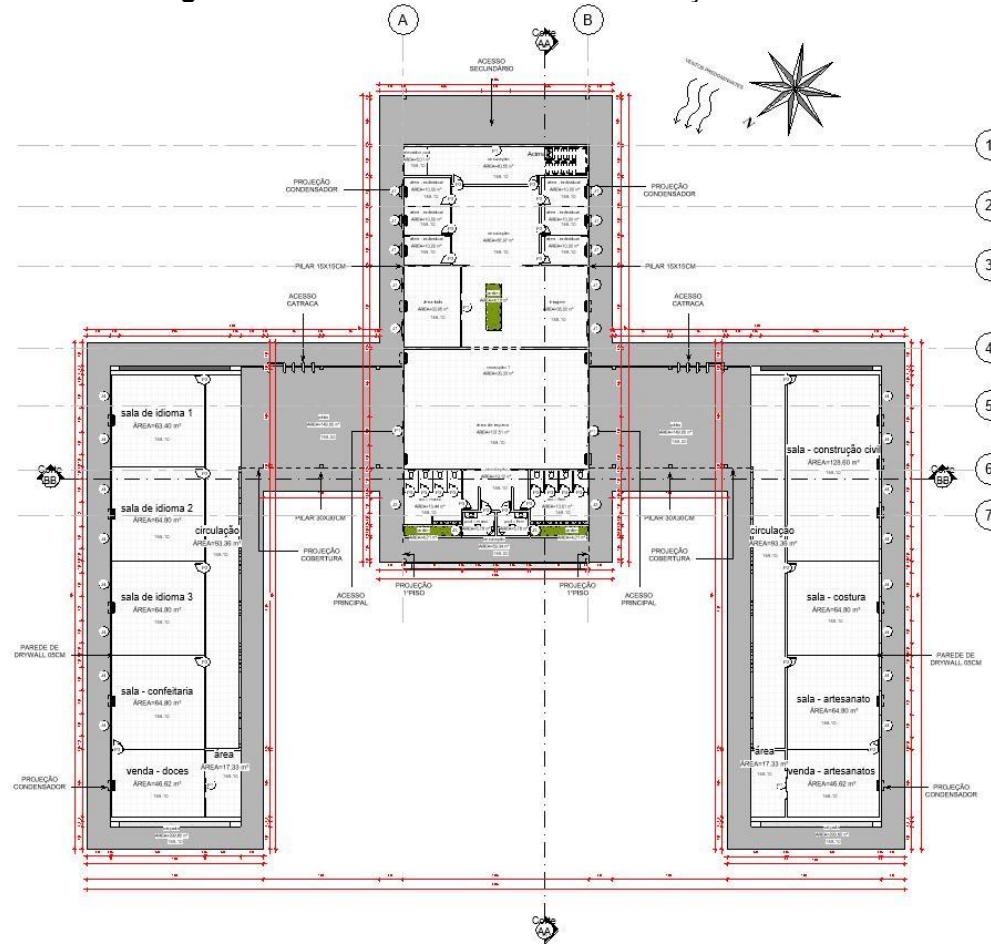


Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

8.2. Plantas Administração e Escola

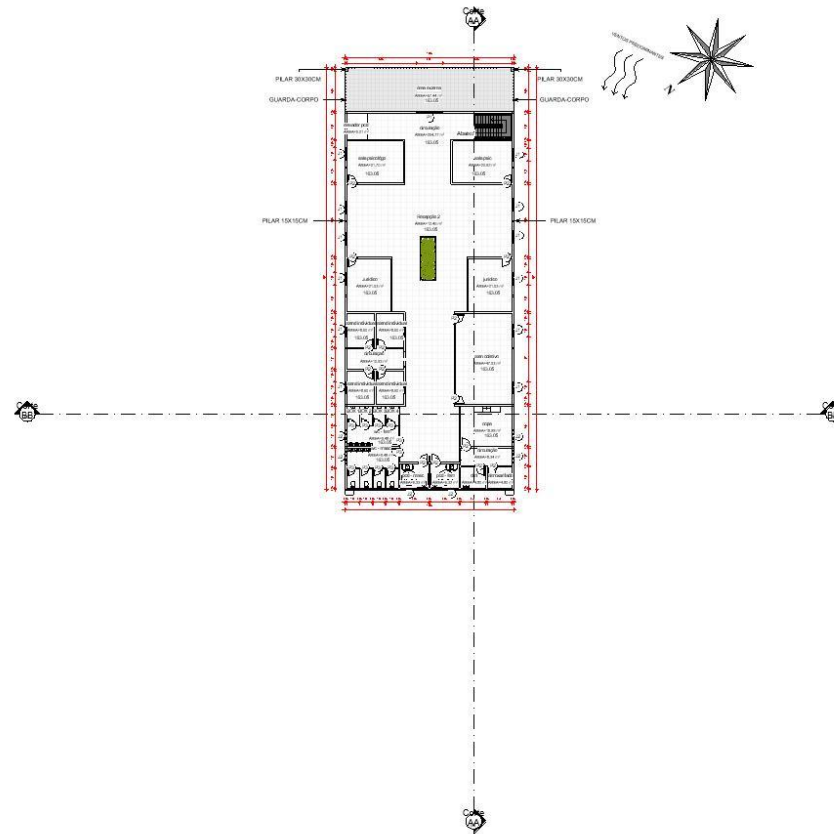
A área da administração e escola estão configuradas de forma com que a escola fique nas laterais e a área central fique a parte administrativa e de apoio aos usuários do centro de apoio. Na área escolar contamos com áreas de curso de idiomas, profissionalizantes e áreas de vendas dos produtos ali confeccionados ali nos cursos. Na área administrativa contém áreas de atendimentos jurídicos e psicológicos tanto individuais quanto coletivo.

Figura 39: Planta Baixa Térreo Administração e Escola.



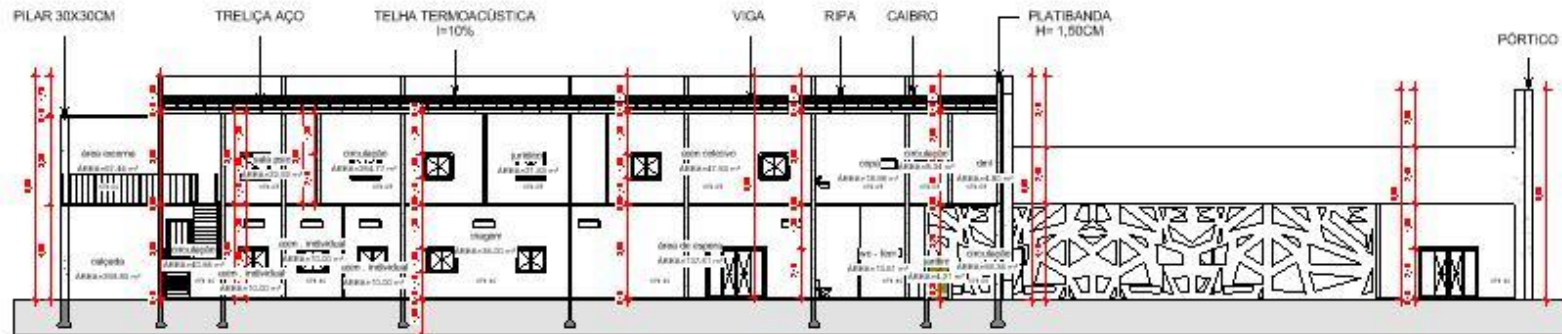
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 40: Planta Baixa 1º pavimento ADM.



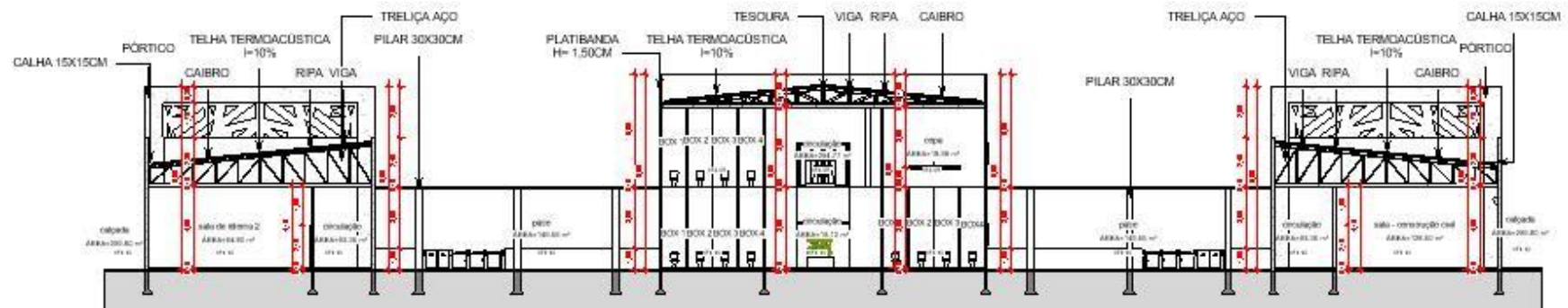
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 41: Corte AA Administração.



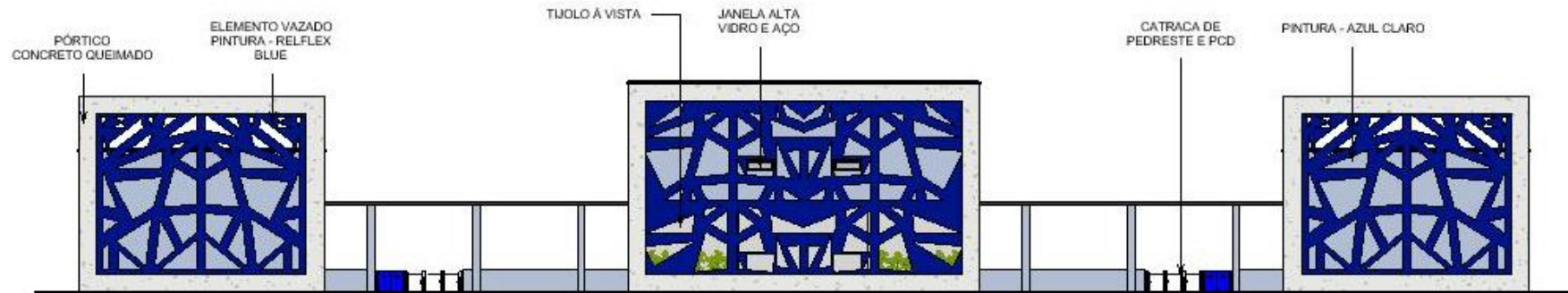
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 42: Corte BB Administração e Escola.



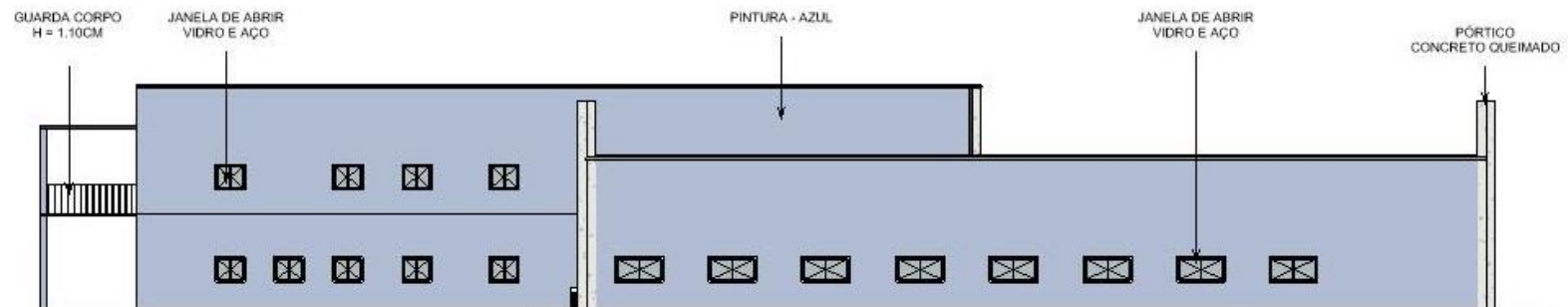
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 43: Fachada Frontal Administração e Escola.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 44: Fachada Lateral Administração e Escola.

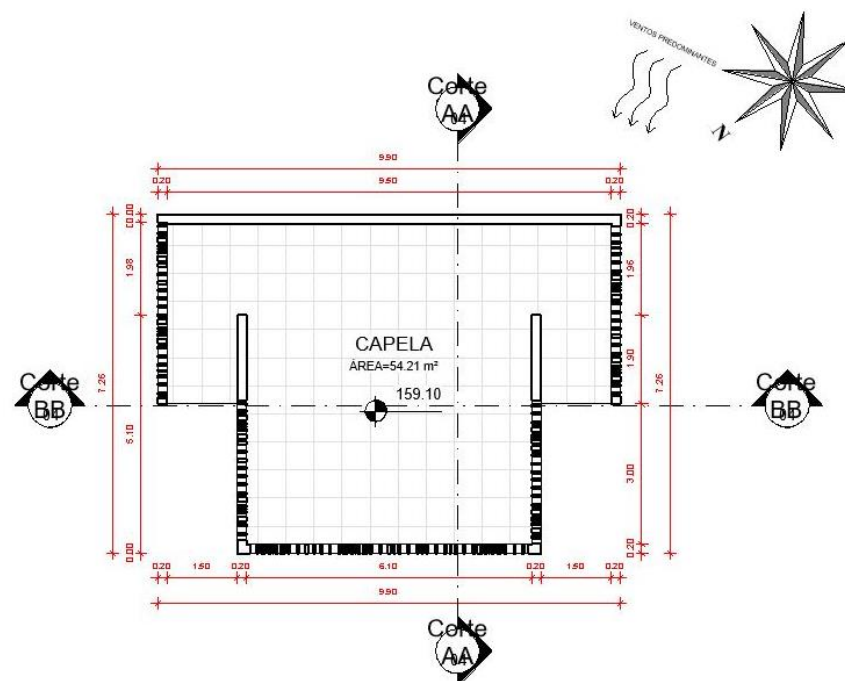


Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

8.3. Plantas Capela

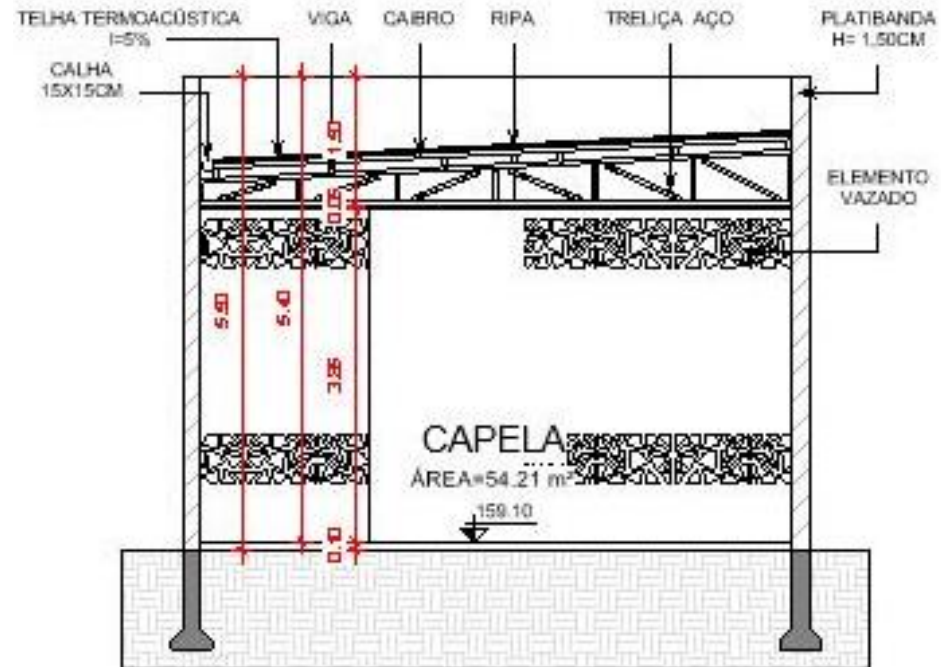
A capela confeccionada para proporcionar um momento de ligação seja qual for a crença adotada pelo indivíduo, de forma que o mesmo se sinta num espaço confortável e indistinto de uma só religião.

Figura 45: Planta Baixa da Capela.



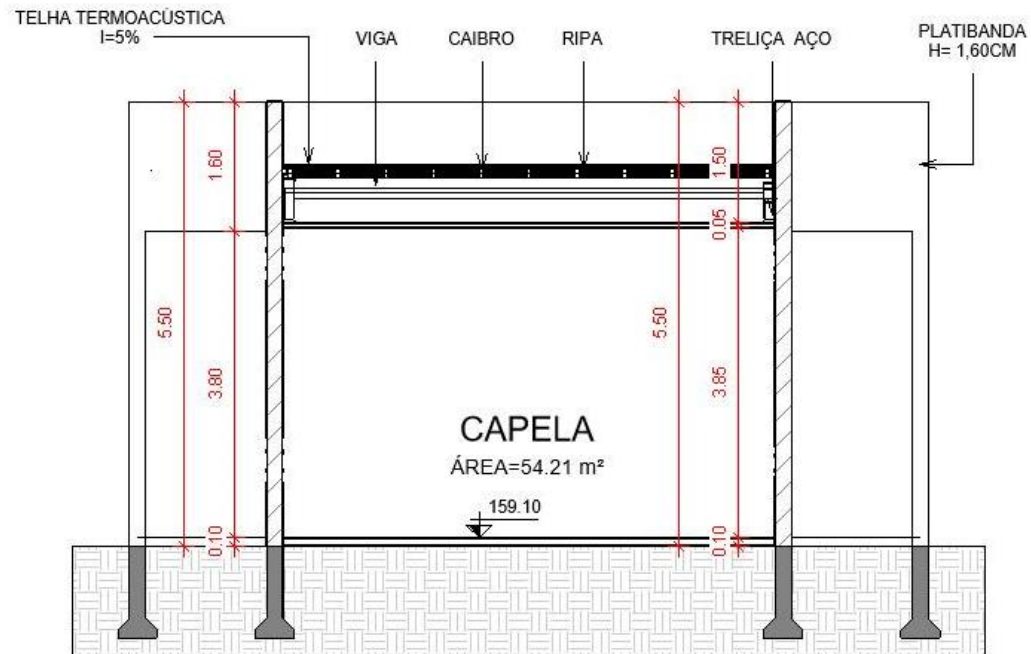
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 46: Corte AA - Capela.



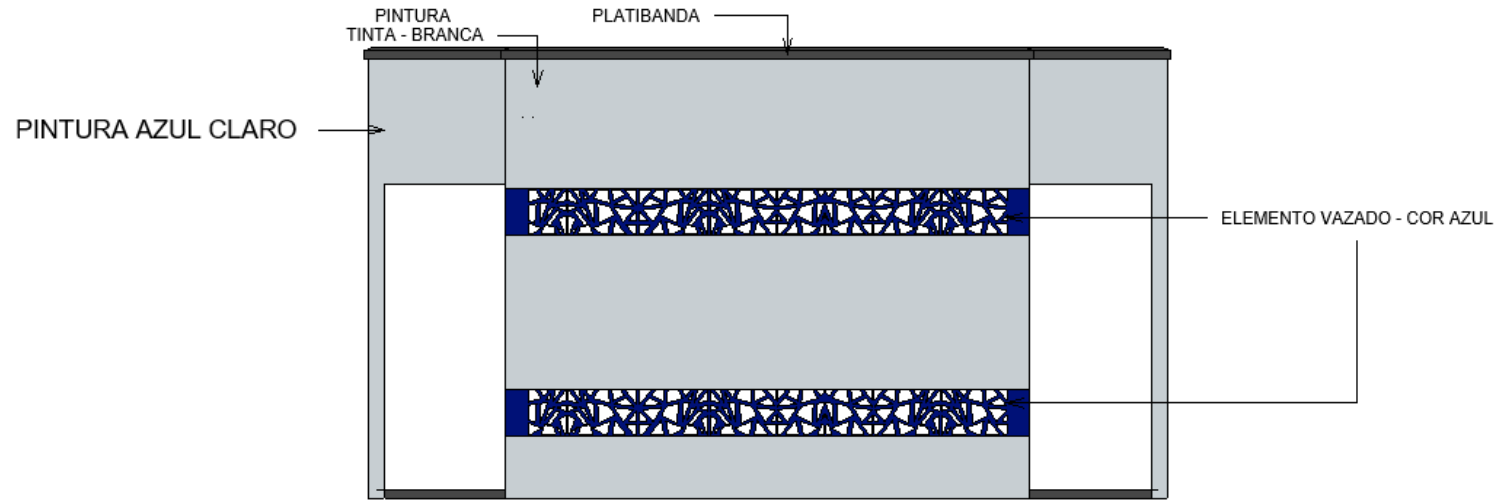
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 47: Corte BB - Capela.



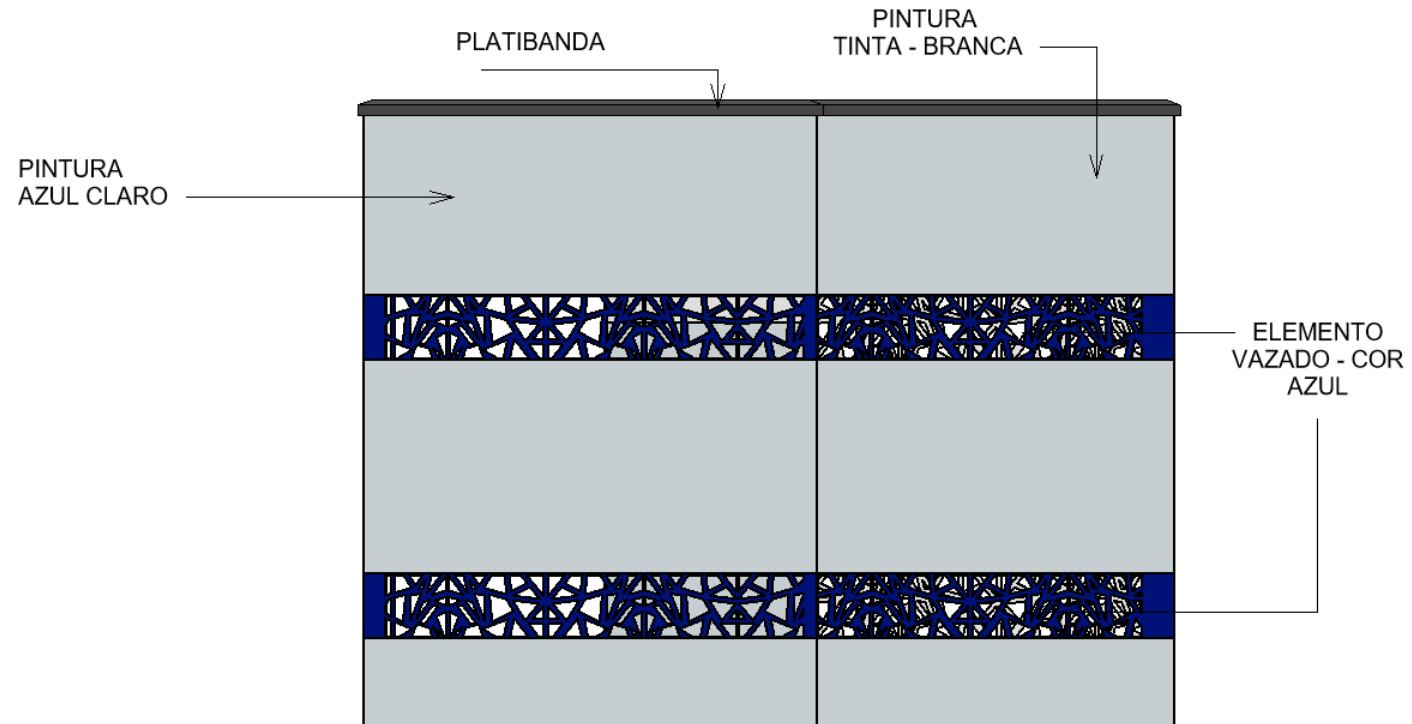
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 48: Fachada Frontal - Capela.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 49: Fachada Lateral - Capela.

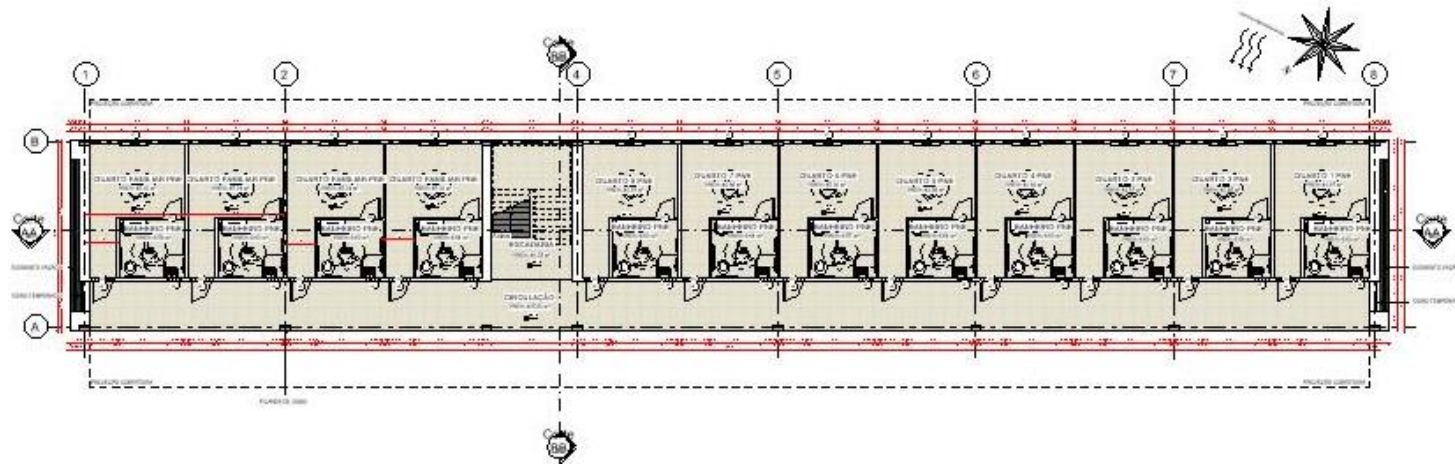


Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

8.4. Plantas Habitações

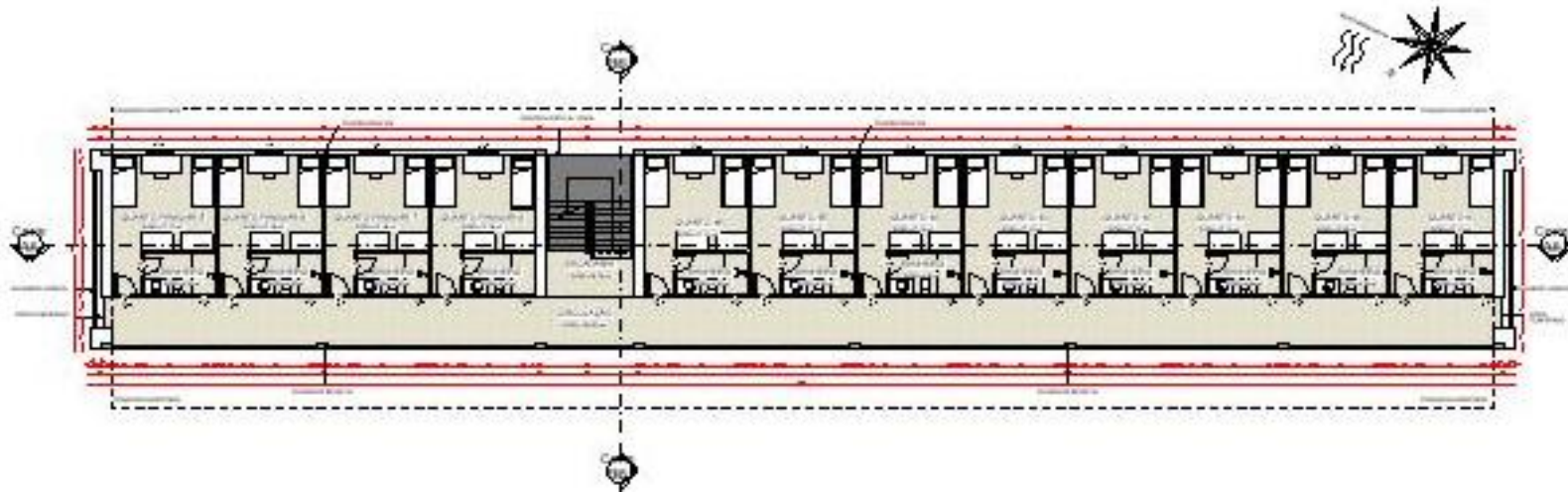
A área de habitações é dividida em dois blocos, sendo eles subdivididos em mulher/homem e familiar, tendo o primeiro piso os dormitórios adaptados para PNE's, todos contando com banheiros privativos. Os dormitórios contam foram pensados para a ventilação cruzada seja efetuada a todo o momento.

Figura 50: Planta Baixa térreo - habitações PNE.



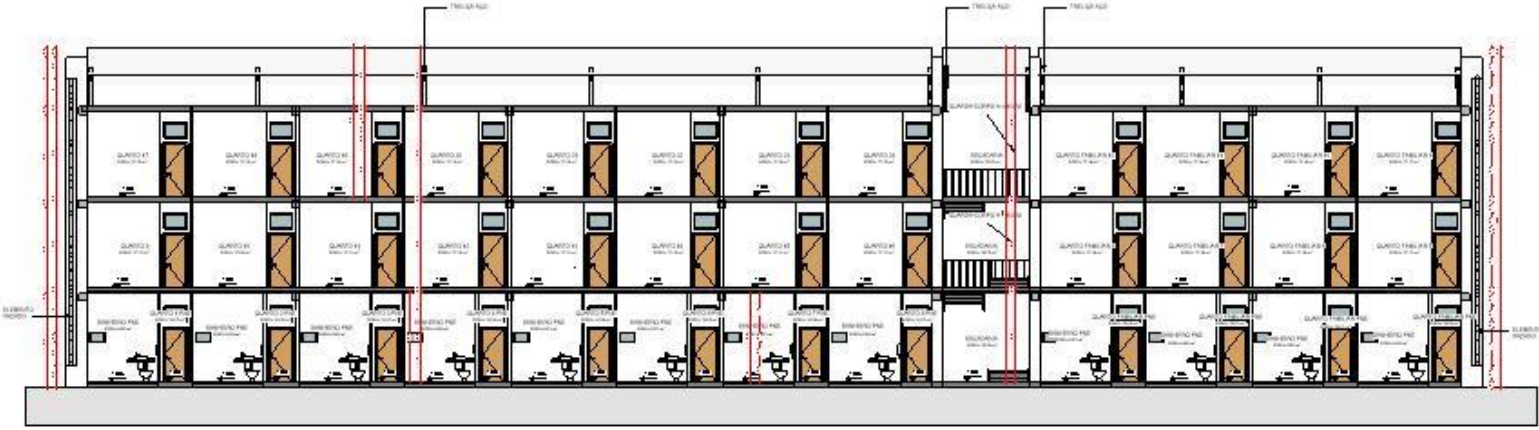
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 51: Planta Baixa Tipo - Habitações 1º e 2º pavimentos.



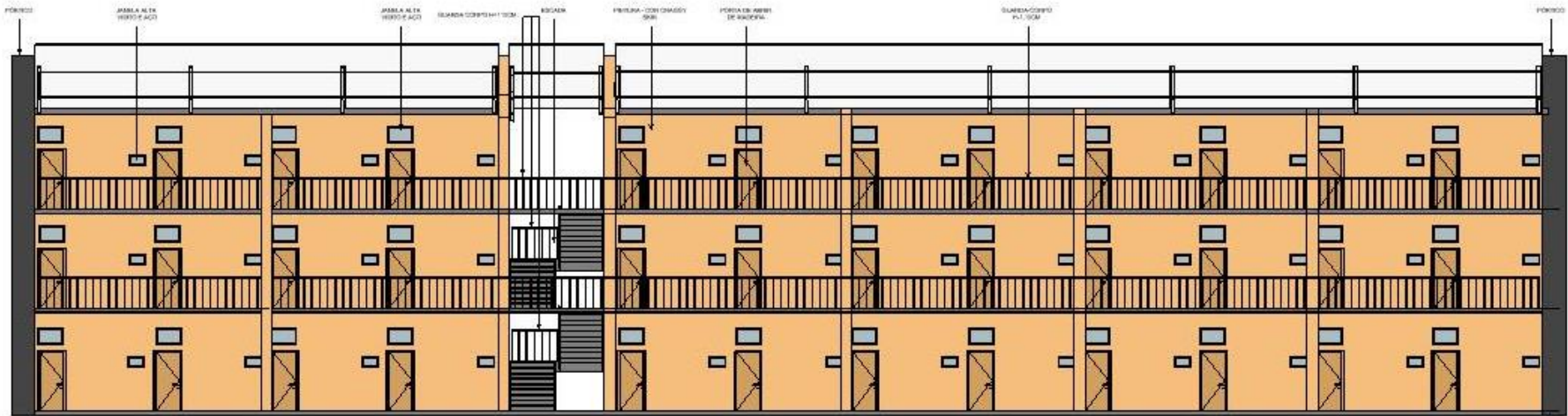
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 52: Corte AA - Habitações.



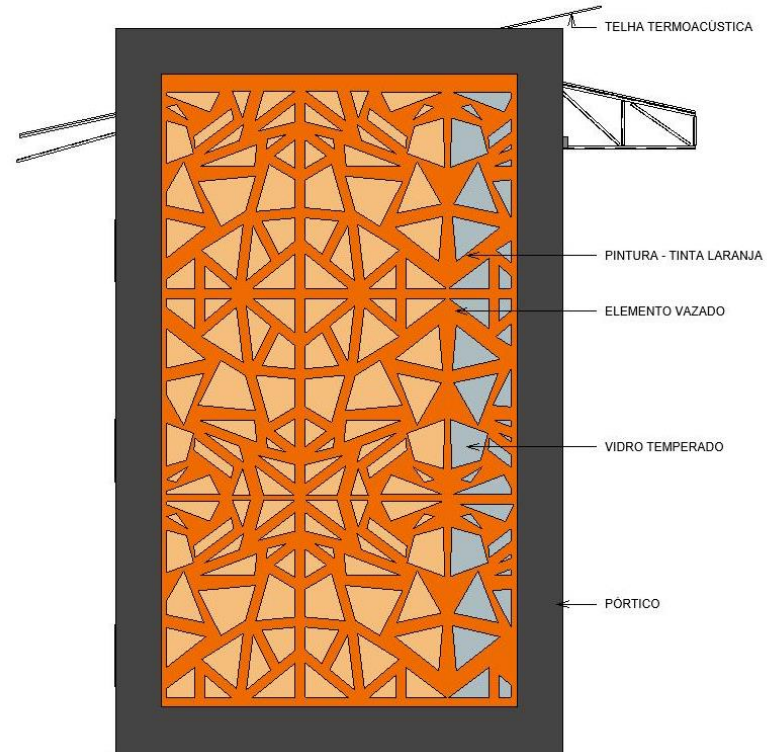
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 53: Fachada Frontal - Habitações.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 54: Fachada Lateral – Habitações.

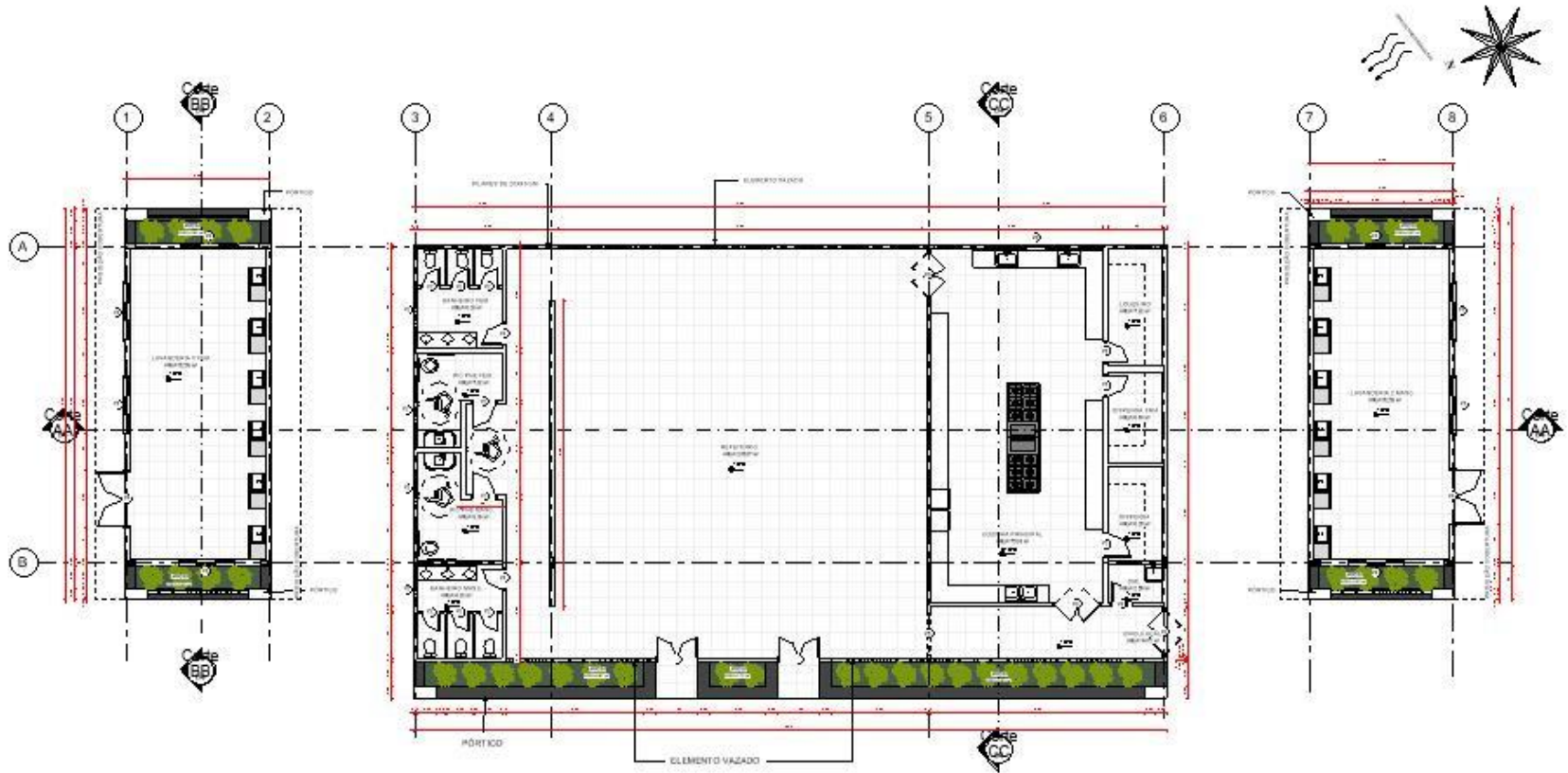


Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

8.5. Planta refeitório e lavanderia.

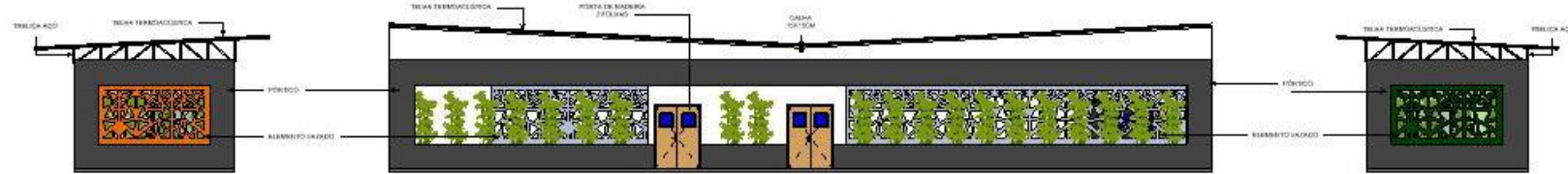
O refeitório foi pensado em grande espaço para as refeições serem feitas em conjunto, sendo preparadas por voluntários ali no local, com uma cozinha equipada com todos os utilitários para o preparo e para servir os ali presentes para fazer a refeição. As lavanderias foram separadas por blocos, sendo equipadas com tanques e lava e seca para melhor aproveitamento do espaço.

Figura 55: Planta Baixa Refeitório e Lavanderias.



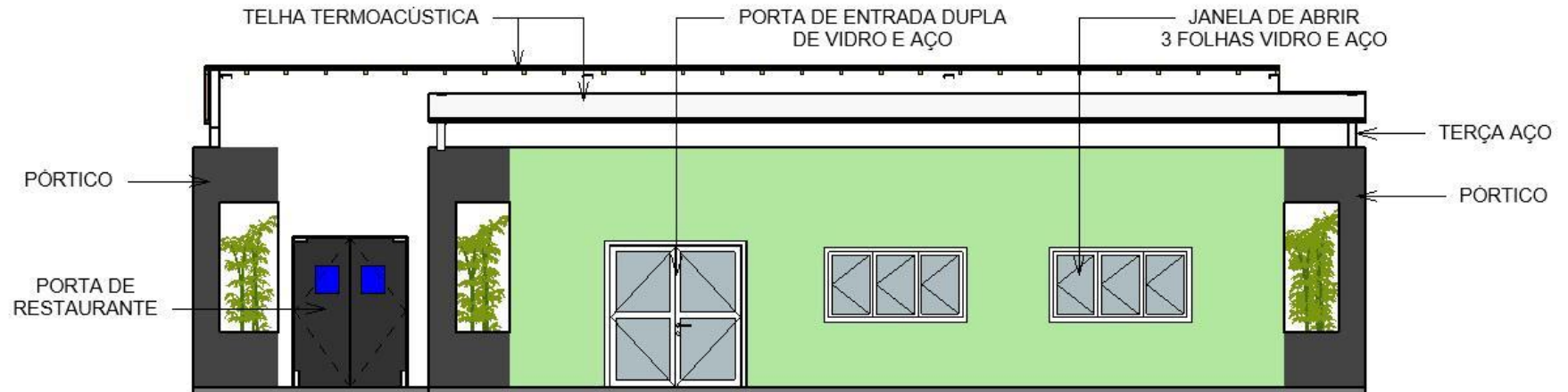
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 58: Fachada Frontal - Refeitório e Lavanderias.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 59: Fachada Lateral - Refeitório e Lavanderia.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

8.6. Perspectivas e imagens internas

Figura 60: Placa de identificação do local.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 61: Visão geral de toda fachada.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 62: Visão do canteiro central de acesso a Administração.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 63: Visão superior do centro.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 64: Perspectiva do playground.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 65: Perspectiva do playground.



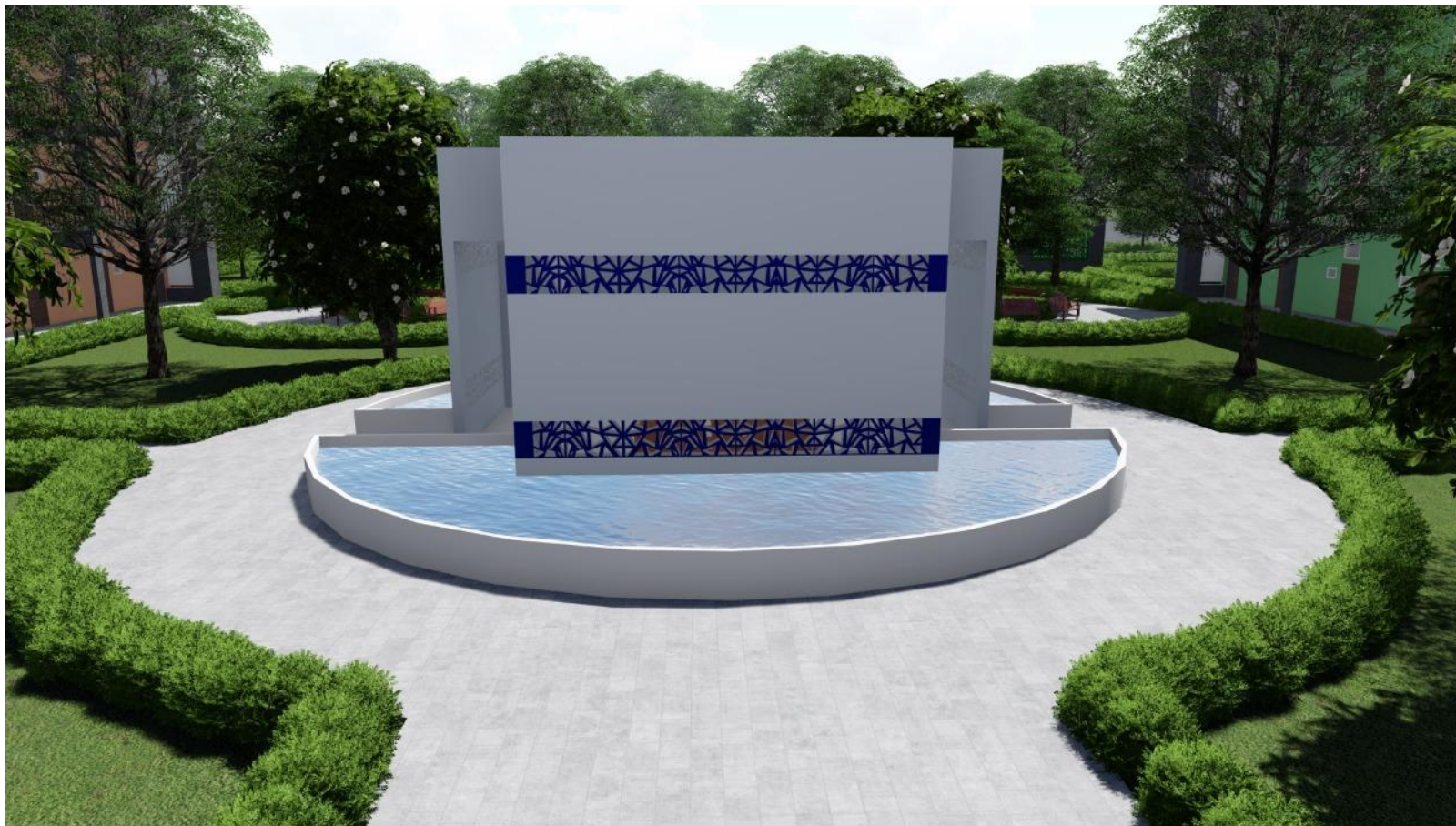
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 66: Perspectiva do prédio de habitações femininas/ familiar.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 67: Capela ao centro do pátio.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 68: Entrada do refeitório e cozinha.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 69: Perspectiva do prédio de habitações masculina/ familiar.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 70: Perspectiva da horta comunitária.



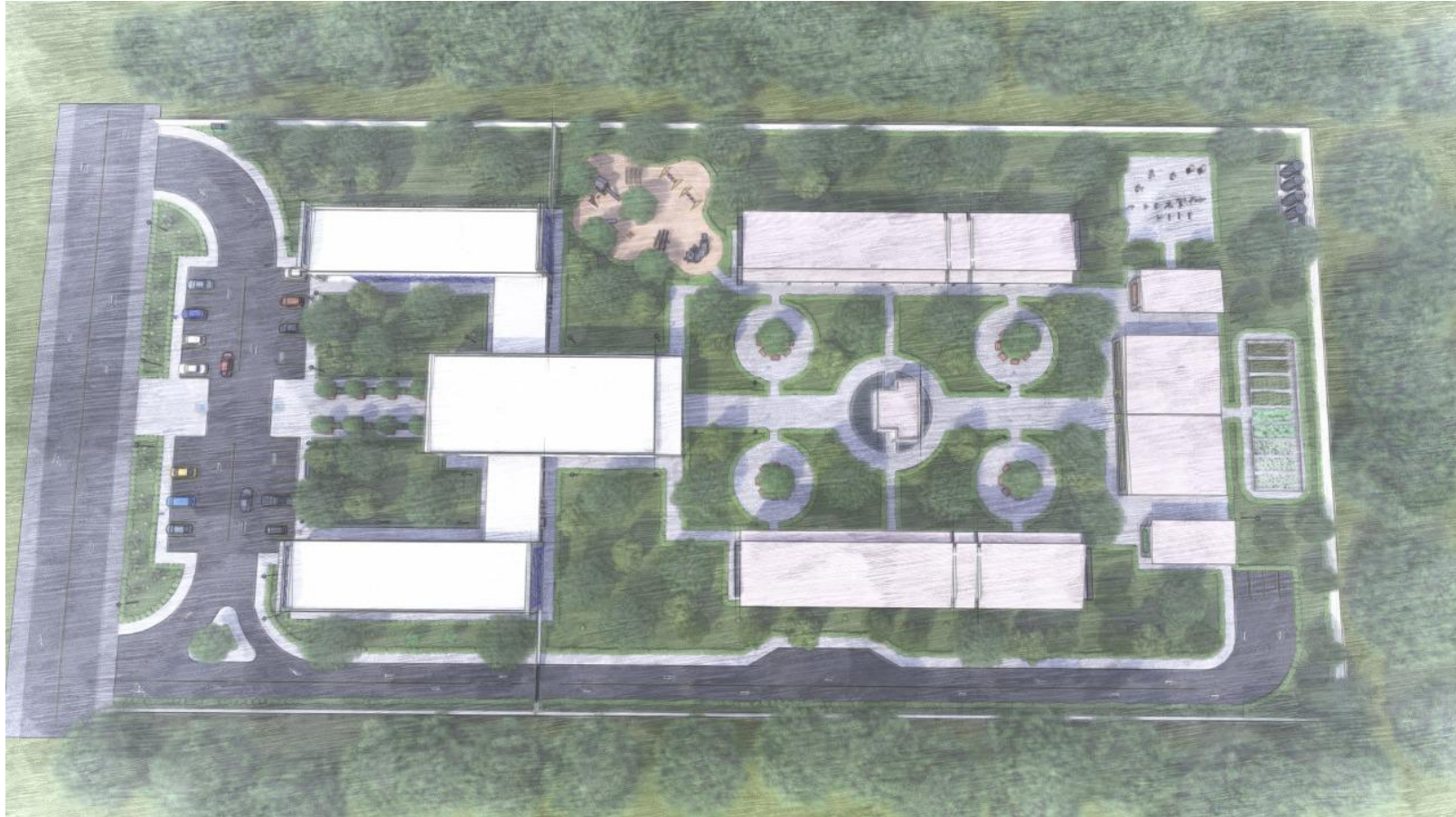
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 71: Perspectiva da academia ao ar livre.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Figura 72: Visão geral de todo o terreno.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

9. Considerações Finais.

O processo de pensar nesse projeto se deu diante do grande número de imigrantes que nos dias atuais são vistos nos semáforos, nas ruas, sem nenhuma estrutura, com isso aprofundar sobre o assunto foi de extrema importância para imergir nessa questão e fazer com que as necessidades tanto elas sendo jurídicas, sociais, físicas e mentais sejam supridas dentro de um único espaço que transmite a ideia de acolhimento e segurança.

O projeto além de ter sido pensado nas necessidades humanas, também foi voltada para as necessidades de ser sustentável, não tirando o conforto, nem prejudicando a funcionalidade e forma do projeto.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYALA, Jefferson de Araújo. **Sistemas de Comunicações empregados pelo Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).** Disponível em: <http://www.ccomgex.eb.mil.br/cige/sent_colina/6_%20edicao_abril_08/PDF/tenayala.PDF>. Acesso em: 08 maio 2020.

BACHEGA, Jessica. **Sem empregos, haitianos começam a deixar Cuiabá e pastoral precisa de ajuda.** Disponível em <<http://www.hipernoticia.com.br/cidades/sem-emprego-haitianos-comecam-a-deixar-cuiaba-e-pastoral-precisa-de-ajuda/65867>> Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL, República Federativa do. Ministério Da Justiça Acesso 11 de junho de 2020, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/11/governo-reconhece-que-nao-tem-infraestrutura-para-lidar-com-aumento-de-imigrantes>

BRÜGGER, Maria Teresa Caballero. **Metodologia da pesquisa e da produção científica.** Brasília: WEducacional e Cursos LTDA, 2011.

CARLOS, Celestino. **Pastoral do Migrante realiza confraternização dos refugiados.** Disponível em: <http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/130900-pastoral-do-migrante-realiza-confraternizacao-dos-refugiados-que-vivem-em-cuiaba-.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

CONCRETO PERMEÁVEL: O QUE É? QUAIS SÃO SUAS VANTAGENS? Disponível em: <https://seeik.com.br/pavimento/concreto-permeavel-o-que-e-quais-sao-suas-vantagens/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DALL'ALBA, Samuel. **Centro de Integração a pessoas em vulnerabilidade social. Trabalho de Conclusão de Curso.** Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

DARRIEUS, Margaux. **Centre Humanitaire Paris-Nord, Par Julien Beller.** Disponível em: <https://www.amc-archi.com/photos/centre-humanitaire-paris-nord-par-julien-beller,6801/centre-humanitaire-paris-nord.9>. Acesso em: 23 jun. 2020.

FARIAS, Nuri. **Centro de Integração da Cidadania (CIC) do Imigrante.** Disponível em: https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/b-arquitetos_/cic-do-imigrante/4579. Acesso em: 23 jun. 2020.

FERNANDES, Duval; RIBEIRO, Carolina; CASTRO, Maria da Consolação. Migração Haitiana para o Brasil: Minas Gerais como destino, a fala dos haitianos. Trabalho apresentado no **XVI Seminário sobre Economia Mineira**. CEDEPLR/UFMG. Diamantina 16 a 20 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/migracao-haitiana-para-o-brasil.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2020.

FUZO, Luan Patrick. **Complexo de apoio e acolhida para os refugiados da Venezuela.** Disponível em: https://www.behance.net/gallery/91345557/COMPLEXO-DE-APOIO-E-ACOLHIDA-PARA-OS-REFUGIADOS-DA-VE?tracking_source=search_projects_recommended%7Cacolhida. Acesso em: 23 jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Olívia Maria Cardoso. **Violência Doméstica e Migrações.** 2 ed. Revista e Atualizada com a Nova Lei do Femicídio – Lei 13.104 de 09.03.2015. Curitiba: Juruá, 2015.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 51-78, junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832015000100051&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2012**. BRASIL: IBGE. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25516-apenas-5-5-dos-municipios-com-imigrantes-tem-servicos-focados-nessa-populacao.html> Acesso em: 11 jun. 2020.

OGG, Helena D'ávila. **Centro de assistência à população em situação de rua**. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2985/1/CT_COARQ_2014_1_01.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

PINTAL, Alexandre Rocha. **Direito Imigratório. Serviço Público Migratório - Vistos - Acordos de Residência – Naturalização**. 4 ed. Revista e Atualizada. Curitiba: Juruá, 2020.

PONTES, Luciana. A representação audiovisual das mulheres migradas. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 39, p. 273-311, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2020.

PRATES, Maria Clara. **Número de Estrangeiros que pedem para morar no Brasil mais que dobrou**. Jornal Estado de Minas. Mar 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2014/03/03/interna_nacional,504022/numero-de-estrangeiros-que-pedem-para-morar-no-brasil-mais-que-dobrou.shtml>. Acesso em: 04 maio 2020.

REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. **Imigrantes no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2015.

REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, jan./jun. 2011. p. 47-69. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v33n1a2.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2020.

RENATA. **O QUE É DRYWALL: CARACTERÍSTICAS, VANTAGENS E COMO USAR**: vantagens do drywall. VANTAGENS DO DRYWALL. 2020. Disponível em: <https://www.placo.com.br/blog/o-que-e-drywall-caracteristicas-vantagens-e-como-usar>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SICILIANO, André Luiz. **A política migratória brasileira: limites e desafios**. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_12-04-19_Andre_Luiz_Siciliano.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

SILVA, Sidney Antonio da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 99-117, abril 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2020.

SOUSA, Leonardo Gomes de. **Redes Sociais, Mercado e Cultura Migratória** – Um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na Microrregião de Governador Valadares no Século XXI. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACE-AANHEW/1/sousalg_tese.pdf. Acesso em: 03 jun. 2020.